REVISTA

IBEF®

INSTITUTO BRASILEIRO DE EXECUTIVOS DE FINANÇAS

ANO XV - NÚMERO 81 - BIMESTRAL - 2019
www.ibefrio.org.br

Alfried Plöger,
presidente da Abrasca

Jason Green: Chefs, CISOs e automedicação

Marco Bravo: Open Banking, novos horizontes

Pedro Dutra: Infraestrutura, experiência e segurança jurídica

Claudio Loureiro de Souza: Armadores e o crescimento do Brasil

IBEF
Rio de Janeiro

Experiência = Eficácia

BRANCO

www.brancoconsultores.com

Corp Services Group
UNCOMPLICATING BUSINESS

- CONSULTORIA TRIBUTÁRIA
- ASSESSORIA JURÍDICA TRIBUTÁRIA
- PERÍCIAS CONTÁBEIS

RIO DE JANEIRO (NOVO ENDEREÇO)
Avenida das Américas, 3434
Bloco 4 - Salas 311 e 312
Condomínio Henrique Simonsen
Barra da Tijuca - Rio de Janeiro - RJ
CEP 22.640-102
Tel.: 21 32315900

SÃO PAULO
Rua Vergueiro, 2087 - Cj. 101
Vila Mariana - São Paulo
CEP 04.101-000
Tel.: 11 5087 8910
Fax: 11 5087 8810

Editorial

Acordo União Europeia e Mercosul

O **IBEF Rio de Janeiro** comemora o acordo para a criação de uma área de livre-comércio entre o Mercosul e a União Europeia (UE) que demorou mais de vinte anos para ser negociado e tem como objetivo o estabelecimento de um mercado de quase 800 milhões de pessoas, com um PIB total de US$ 21,5 trilhões.

O acordo preliminar prevê que o Mercosul libere 91% de suas importações do bloco europeu em um período de transição de 10 anos para a maioria dos produtos – alguns setores mais sensíveis terão um prazo de até 15 anos. Do outro lado, a União Europeia deve abrir o mercado para 92% de seus produtos em 10 anos.

No setor industrial, a UE vai abrir 100% do seu comércio em 10 anos. O Mercosul terá o mesmo tempo para zerar as tarifas de 72% de seus produtos, e mais 5 anos para atingir 90% da pauta. Já no setor agrícola, o bloco europeu deverá eliminar as tarifas de 82% de suas importações e estabelecer cotas preferenciais para o restante. Ao mesmo tempo, o Mercosul deverá liberalizar 96% do volume de comércio e 94% das linhas tarifárias. O processo de negociação ainda durará anos e muitas incertezas permanecem. Mas a largada foi dada. Parábens ao Governo Bolsonaro..

Marcos Chouin Varejão - Agosto 2019

Índice

EDITORIAL.....1
Marcos Varejão.

CAPA.....2
Alfried Plöger: uma Nova Abrasca para um Novo Brasil.

OPINIÃO.....4
Claudio Loureiro de Souza: O papel essencial dos Armadores para o crescimento do Brasil.

OPINIÃO.....5
Pedro Dutra - Infraestrutura: experiência.

OPINIÃO.....6
Dario Menenzes: os desafios da sustentabilidade e a estratégia das empresas.

OPINIÃO.....8
Marcos Aurélio de Abreu Rodrigues e Silva: trabalho temporário.

OPINIÃO.....10
Jason Green: Chefs, CISOs e automedicação.

OPINIÃO.....12
Marco Bravo: Open Banking no Brasil.

OPINIÃO.....14
Rafael Pilch de Matos: Posicionamento jurisprudencial gera impactos tributários no benefício do Reintegra.

INVESTIMENTOS.....16
A CSN investirá R$ 1,5 bilhão na instalação de uma laminadora de aço no Vale do Paraíba - SP.

NACIONAL.....17
Mercado de trabalho no Brasil segue com baixo dinamismo.

INTERNACIONAL.....18
ABDI seleciona 30 empresas de grande porte para conexão com startups.

OPINIÃO.....19
Francisco Homem de Mello: o desafio de escalar startups e manter a cultura.

ECONOMIA.....20
Rafael Schur: a urgência da governança da informação.

OPINIÃO.....22
Rodrigo Pimentel: as organizações e a transformação digital na prática.

DAY TRADE.....24
Coluna de informação.

NACIONAL.....26
Consumo nacional deve movimentar R$ 4.7 trilhões, elevando PIB em 2019.

ESTANTE.....27
Coluna sobre publicações editoriais.

NACIONAL.....28
Atlas da Violência: Brasil registra mais de 65 mil homicídios em 2017.

OPINIÃO.....29
Mauro de Souza Paraíso: nova fase desafia a indústria automotiva.

TURISMO.....30
Praticamente todos os turistas estrangeiros que visitam o Brasil querem voltarpresidente.

OPINIÃO.....31
Daniela Polidoro Knippel e Edson Luz Knippel - Compliance criminal: prevenir é a melhor solução.

SAÚDE.....32
Estudo do Ipea aponta que inflação dos planos de saúde é bem superior ao IPCA.

RH.....33
Rodrigo Brancher e Hugo Ladeira.

OPINIÃO.....34
Lu Magalhães: As 12 estratégias para combater os vieses inconscientes machistas no mundo corporativo.

NACIONAL.....36
Momento econômico pode ser positivo para investir em dividendos.

AGRONEGÓCIO.....37
Inovação agroambiental analisará solo com tecnologia usada pela NASA.

JURISPRUDÊNCIA.....38
Justiça Federal de Campo Grande-MS é pioneira em projeto de escritório-container.

INTERNACIONAL.....40
Novas incorporações à liderança da The Walt Disney Company Latin America.

Uma Nova Abrasca para um Novo Brasil

*Alfried Plöger**

Intervenção mínima e excepcional, por um Estado ágil e saneado financeiramente, é o melhor ambiente para a iniciativa privada prosperar e criar valor para os acionistas das empresas e para a sociedade. Tudo indica que essa é a fase na qual o Brasil está entrando.

A declarada mudança cultural nas interações entre o Poder Público e os agentes privados, inclusive fixando princípios para esta relação através de um marco legal próprio, é a principal boa notícia recebida pelos empresários brasileiros neste primeiro semestre de 2019, com a Medida Provisória 881/19. O andamento das reformas da previdência e tributária também é uma excelente notícia na direção do necessário equacionamento estrutural das contas públicas.

A Abrasca recebeu de forma muito positiva a edição da Medida Provisória da Liberdade Econômica, a MP 881, que instituiu a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, estabelecendo normas de proteção ao livre mercado e dispondo sobre a atuação do Estado como agente normativo e regulador.

A MP traz a presunção da boa-fé para as relações empresariais, reforça liberdades contratuais, pacta sunt servanda, a desburocratização, a autonomia da vontade, ou seja, elementos fundamentais para a facilitação do uso do mercado no financiamento empresarial. Vale destacar que o texto recebeu 301 emendas no Congresso, mostrando o enorme interesse no tema.

Especialmente no sentido de fomento do mercado de capitais, a MP inseriu artigo na Lei das S.A. que possibilita à CVM excetuar exigências previstas na própria Lei para empresas consideradas de pequeno e médio portes. Este movimento é a base para reduzir os custos de acesso e permanência no mercado de capitais para companhias em crescimento aumentando a oferta de ativos e atraindo mais investidores.

A MP também aperfeiçoa os parâmetros de aplicação da desconsideração da personalidade jurídica, minorando o uso abusivo desse instituto pelo judiciário. Também traz dispositivo para proteger o investimento de acionistas não gestores, destravando uma série de iniciativas de aporte em startups.

Paralelamente, a redefinição do papel do BNDES no financiamento da atividade produtiva aumenta a importância

dos instrumentos de mercado para o desenvolvimento das empresas e da economia brasileira. Reduzir custos e racionalizar processos no mercado de capitais são fundamentais para essa nova etapa da história do País.

Para esse novo Brasil está sendo criada uma Nova Abrasca cuja meta é aumentar a eficácia do mercado de capitais na ótica dos emissores. O processo de reorganização da Associação Brasileira das Companhias Abertas, fundada em final de 1971, teve início há dois anos e revigora a estrutura técnica da entidade, além de dotá-la de recursos tecnológicos atualizados.

O corpo técnico foi robustecido assim como foram acrescentados novos meios para facilitar a participação ativa nos trabalhos associativos sem a necessidade de deslocamento para reuniões presenciais. Destacam-se a também criação de duas novas Comissões Técnicas, que se

“O novo posicionamento da Abrasca estabelece como valores da entidade a crença na liberdade, na livre iniciativa e na criação de valor compartilhado...”

somam às três tradicionais comissões jurídica, de mercado de capitais e de auditoria e normas contábeis.

Já se encontram em pleno funcionamento, desde o início de 2019, as Comissões de Relações Institucionais e Governamentais – CRIG, que atua junto ao legislativo com vistas a projetos de lei de interesse dos associados, e CINC – de Inovação Corporativa, que detecta e analisa as oportunidades e os riscos dos avanços tecnológicos especialmente voltados para relações com investidores e mercado de capitais.

A reconfiguração do sistema de informações da Abrasca mediante adoção de um sistema de CRM (da sigla em inglês, Gestão do Relacionamento com o Cliente), de ferramenta de marketing digital e da reformulação do site permite o disparo de informações segmentadas, dirigidas e exclusivas que atendem aos profissionais das companhias associadas e aos demais stakeholders. Vídeos, podcasts, entrevistas e estudos sobre temas de relevância são disponibilizados com tecnologia mais acessível, conforme as necessidades do associado.

O novo posicionamento da Abrasca estabelece como valores da entidade a crença na LIBERDADE, na LIVRE INICIATIVA e na CRIAÇÃO DE VALOR COMPARTILHADO, entendendo que a defesa e a prática de tais princípios são a melhor maneira para alinhar interesses e aproximar iniciativas empreendedoras da poupança financeira.

A AbrascaTv se configura em um canal de informação sobre assuntos pertinentes ao cotidiano das companhias emissoras, contendo entrevistas que apresentam a visão de profissionais que contribuem com a formação de opinião das companhias abertas diante do cenário atual. Recentemente, foi entrevistado o presidente da CINC e gerente de RI da Gerdau, Rodrigo Maia, que abordou o tema “os impactos de tecnologia no dia a dia das relações com investidores”.

O EPC - Programa de Educação Profissional Continuada - treina profissionais através de cursos presenciais, seminários e programas In Company. A Abrasca é pioneira na utilização de plataforma eletrônica interativa entre alunos e professores. No projeto EPC, destaca-se o Grupo de Trabalho da Comissão de Auditoria e Normas Contábeis - CANC - que estuda e debate cada fase da implantação do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED.

Os formulários exigidos pela CVM, especialmente o Formulário de Referência (FRE), demandam muito tempo para o preenchimento. O projeto [abertas + SIMPLES] foi criado para estudar soluções para simplificar a prestação obrigatória de informações pelas companhias emissoras. O resultado é o desenvolvimento pela Abrasca do E.NetBot, robô criado para a automação da tarefa de preenchimento dos formulários.

Enfim, nossos principais colaboradores são os executivos financeiros brasileiros e os empreendedores que contribuem com ideias e demandas para a pauta de desafios e conquistas da entidade. Encerramos com um convite: vamos construir juntos o melhor evento sobre risco e planejamento para empresários e executivos financeiros do Brasil. A Abrasca convidou a The Economist para realizar um seminário sobre perspectivas para 2020 e propostas para aperfeiçoamento do mercado como fonte de funding para as companhias. Convidamos você, leitor do IBEF, para participar do comitê de organização do evento. Basta acessar o link http://conteudo.abrasca.org.br/2020 e informar seu nome e email.

Contamos com você!

**** Presidente do Conselho Diretor da Abrasca.***

O papel essencial dos Armadores para o crescimento do Brasil

*Claudio Loureiro de Souza**

A greve dos caminhoneiros em 2018 alertou a sociedade sobre o papel que este modal desempenha no funcionamento da economia. Não é sem motivo que o governo federal recentemente anunciou que o BNDES abrirá uma linha de crédito para caminhoneiros autônomos no valor de 500 milhões de reais, entre outras medidas que impactarão o setor. Mas olhe ao redor: você sabia que 90% dos bens de consumo foram transportados pelo mar em alguma etapa de sua produção ou distribuição? E que cerca de 70% dos produtos manufaturados exportados e importados, em valor, utilizaram o contêiner como equipamento de transporte? Esses são números extremamente expressivos, mas que muitas vezes passam despercebidos por grande parte da sociedade, dos formadores de opinião e mesmo das autoridades.

Quando os termos exportação ou importação são mencionados em uma matéria televisiva, por exemplo, não se pode ignorar como os produtos vão de um país ao outro e que o comércio mundial é movido pelo transporte marítimo. A navegação é o meio mais eficiente ao comparar custos para transportar bens e matérias-primas, e muitas vezes é o único possível. E são os armadores os grandes protagonistas desse cenário - são eles que possibilitam o comércio entre as nações.

Os mais diversos tipos de produtos manufaturados, grãos, frutas, carnes, açúcar, minerais, celulose, papel, carvão, automóveis e calçados, produzidos no Brasil, todos têm um denominador comum: são exportados via mar. Mas falta, contudo, uma verdadeira consciência e valorização do papel essencial que os armadores exercem para a viabilidade do comércio exterior e para o funcionamento da economia brasileira. Apesar de lidarem diariamente com a burocracia e com custos e práticas díspares em portos de um mesmo país, sem levar em conta as condições muitas vezes precárias ou deficientes desse sistema.

Problemas recorrentes e aparentemente eternos, como o da dragagem para aprofundamento ou manutenção dos calados operacionais, ainda assombram a marinha mercante. A navegação costeira, realizada entre os portos brasileiros, foi uma das primeiras atividades econômicas do Brasil e, embora a geografia da costa de mais de 8 mil quilômetros seja um verdadeiro presente, menos de 11% da carga doméstica no país é transportada pelo meio marítimo, mesmo sendo considerado um modal mais sustentável e competitivo. Os entraves que o segmento enfrenta são inúmeros e de toda ordem.

Parece haver uma lacuna no imaginário coletivo brasileiro: o entendimento que sem o transporte marítimo, no caso de muitos produtos, não haveria nem razão para a existência do transporte terrestre. A soja, por exemplo, é um destaque: foi o principal produto exportado pelo país em 2018, o que somente foi possível pela operação da navegação marítima.

O governo federal está correto ao planejar e promover grandes investimentos em infraestrutura terrestre, que viabilizarão a retomada do crescimento da nação. No entanto, faltam políticas claras com relação ao transporte marítimo, programas de desburocratização no setor e de desregulamentação da atividade. Por exemplo, o que será feito com a dragagem dos portos, não estaria na hora de privatizá-la? O que será feito com o excesso de regras, regulações e multas, gerando um ambiente de negócios intervencionista e confuso que afasta investimentos? Por que razão uma parte do Estado complica a operação e a vida econômica das empresas contrariando a orientação maior das políticas do governo? Ainda há muito a fazer, em terra ou mar. Os armadores estão prontos para enfrentar os próximos desafios.

** Diretor-Executivo do Centro Nacional de Navegação Transatlântica - CENTRONAVE.*

Infraestrutura: experiência

*Pedro Dutra**

A atenção do país está voltada para a reforma da Previdência, em tramitação no Congresso Nacional. Mas já se sabe não ser essa reforma, embora indispensável, suficiente à retomada do crescimento econômico, mesmo em índices não muito expressivos.

A esse fim é preciso atrair investimentos privados, que se acham disponíveis, no Brasil e sobretudo no exterior, em volume considerável e capazes de serem prontamente alocados em investimentos que ofereçam razoável retorno e efetiva segurança jurídica.

A segurança jurídica é um estado no qual as normas legais e as disposições contratuais são estritamente respeitadas pelos signatários de contratos, sejam eles agentes privados ou o Poder Público. Um dos fatores essenciais à segurança jurídica é a elaboração dos contratos de concessão de serviços públicos, firmados entre agentes privados e o Poder Público.

Esses contratos devem observar as leis que disciplinam a concessão de serviços públicos, a regulação desses serviços e um ponto raramente considerado nos dias de hoje, a experiência acumulada nessa área. Ou seja, a análise das questões jurídicas e econômicas que, em diferentes momentos, impediram a execução prevista de contratos de concessão.

São firmados contratos de concessão no Brasil há mais de um século e meio, e existe uma robusta experiência nesse setor, pois quase toda a infraestrutura de serviços públicos no Brasil foi implantada pela iniciativa privada, sob o regime de concessão.

Nas duas últimas décadas, vem o direito brasileiro nessa área também buscando e recebendo considerável influência do direito norte-americano. Sem dúvida bem-vinda, os institutos e os conceitos próprios desse regime jurídico precisam ser bem entendidos à vista do direito brasileiro para que possam ser devidamente traduzidos e no que couber admitida a sua contribuição.

Existe hoje um acervo não desprezível de disputas judiciais tendo por objeto a execução de contratos de concessão, tema que não vem sendo referido na saudável determinação dos atuais dirigentes de contratar concessões na área de infraestrutura, corretamente advertidos da sua significação para o crescimento econômico do país.

Mas, como diria San Tiago Dantas, não se trata de impor ao presente o passado, e sim o inverso; a saber, impor o presente ao passado, para desse cotejo extrair lições que aperfeiçoem a experiência atual. No setor de infraestrutura essa lição não deve ser esquecida pelos homens públicos atuais.

** Advogado.*

Os desafios da sustentabilidade e a estratégia das empresas

*Dario Menenzes**

Os executivos, em geral, sabem que os desafios empresariais ligados as questões da sustentabilidade, devem ser encarados como questões centrais da organização, pois afetarão cada vez mais a competitividade e a sobrevivência das empresas, a preferência dos seus consumidores, a avaliação social dos seus diferentes *stakeholders* e em especial dos seus órgãos reguladores, podendo em certos casos levar a um questionamento coletivo da sua licença para operar.

Isso acontece já que os desafios da sustentabilidade estão ligados a capacidade da empresa de gerar valor continuado para seus *stakeholders* dentro do novo contexto social, ambiental e econômico evitando pressões e cobranças sobre a organização.

Para muitas empresas essa jornada em direção a uma atuação mais sustentável tem trazido conquistas, por exemplo através da inovação no uso da energia renovável, no monitoramento e mitigação das suas externalidades, no redesenho de processos, na prática cotidiana da transparência, no fomento ao comércio justo, no melhor relacionamento com as comunidades e no respeito à diversidade entre outros compromissos empresariais. Agindo assim, as organizações que iniciaram essa jornada comprovam que estão declaradamente comprometidas com o avanço da sustentabilidade e que compreendem que essa iniciativa estratégica tem um papel central no sucesso continuado da organização. Os mecanismos de prestação de contas como o GRI e os indicadores econômicos associados a sustentabilidade como o DJSI, ISE e FTSE, entre outros tem creditado a essas organizações um lugar de destaque no ambiente empresarial, fortalecendo sua licença para operar e reputação corporativa.

Para outras empresas, o caminho a ser seguido ainda é uma incógnita: ou estão imobilizadas planejando ações que não se concretizam ou promovem um conjunto de ações meramente compensatórias, com visão de curto prazo e que trazem como característica marcante a total desintegração entre as suas ações e a sua visão estratégica. Acima de tudo estas empresas estão perdendo uma excelente oportunidade de criar valor compartilhado com os seus *stakeholders* e a chance de rever o seu modelo de negócios, tornando-o mais aderente ao novo contexto social, político, econômico e social. Infelizmente os

anos recentes demonstraram que ainda temos no nosso país um conjunto expressivo de empresas, representantes da nata do nosso PIB empresarial, ainda encontram-se neste patamar.

Para os dois grupos de empresas, uma boa alternativa é comparar-se de forma saudável e aberta a um conjunto de empresas a fim de alinhar suas visões e corrigirem seus rumos estratégicos. Fazer continuamente avaliações com as melhores práticas eleva os padrões internos e revigora as equipes em busca de um melhor desempenho.

De forma complementar, algumas considerações que podem servir de orientação para as empresas:

- Toda a extensão, complexidade e benefícios dos desafios ligados a sustentabilidade, está melhor compreendida pelos diversos atores as nossa sociedade. Saímos da fase de dizer que era meramente uma questão regulatória para uma dimensão civilizatória.

- Como sociedade global, saímos da retórica e chegamos na prática, ainda que em níveis diferenciados de iniciativas e entendimentos das empresas. Daí o surgimento de inúmeras startups cleantechs pelo mundo.

- A redução do uso da energia, água, desperdício e da quantidade de emissões aparecem como fatores centrais para as empresas além da necessidade de desenvolverem processos que atendam as crescentes demandas regulatórias.

- Entre as principais motivações para colocar a sustentabilidade como tema central na estratégia de negócios, estão por exemplo o aumento da eficiência operacional e a redução de custos, assim como surgimento de novas oportunidades de negócios colaborativos.

- Empresa dos segmentos de energia, petróleo e gás tem demonstrado que suas empresas estão em um estágio mais avançado nas questões relacionadas à sustentabilidade, provavelmente como resultado das pressões sociais e regulatórias as quais estão expostas.

- Por outro lado, empresas do setor de mineração e siderurgia ainda vem sendo intensamente cobradas por seus passivos e pela adoção de novas técnicas menos impactantes

- Empresas do setor têxtil, têm sido questionadas, tanto pela possibilidade de uso de mão de obra escrava em seus processos produtivos quanto pela redução de água no seu processo produtivo.

- Empresas do setor de higiene e beleza, de forma geral, evoluíram muitos em pesquisa e desenvolvimento nos últimos anos, praticamente eliminando as externalidades ligadas a testes em animais.

Esperamos que as motivações acima impulsionem as empresas brasileiras a posicionarem-se de uma forma mais estratégica sobre o tema e atuar de forma mais consciente e responsável, acelerando a sua trajetória de sucesso e que também motive as mesmas a incorporarem definitivamente os desafios da sustentabilidade em suas estratégias de negócios bem como na sua forma de gestão.

**** Professor da Fundação Getúlio Vargas e da ESPM e Diretor Executivo do GroupCaliber, startup dinamarquesa especializada em Gestão da Marca e Reputação (www.groupcaliber.com.br)***

Trabalho temporário: qual é o preço de uma contratação valiosa para o país?

*Marcos Aurélio de Abreu Rodrigues e Silva**

Criada em 1974, a lei 6.019 obriga a Agência de Trabalho Temporário a separar a Receita do serviço de intermediação dos Direitos dos trabalhadores temporários. Trata-se de uma folha especial de salários que deve observar todas as especificidades, dentre elas o Fundo Exclusivo de Previdência e Assistência Social FPAS (655) e a alíquota variável para o risco de acidente de trabalho (RAT). A contratação de temporários, agiliza, flexibiliza e reduz custos.

O Brasil continua numa crise insuportável de desemprego. Segundo o IBGE, ainda há 13 milhões de brasileiros sem emprego. Entre os vários motivos desta crise temos a insegurança jurídica, trabalhista e fiscal, além das recentes mudanças no governo, que ainda não foram implantadas.

A ASSERTTEM – Associação Brasileira do Trabalho Temporário trabalha fortemente no desenvolvimento do trabalho temporário. É uma forma rápida de combater o desemprego, com segurança e amparo legal, sem perda de nenhum direito trabalhista. A Lei Federal nº 6.019/74, que criou a figura da agência credenciada pelo Governo Federal, é quem opera a burocracia das contratações de temporários, a fim de, indiretamente, organizar essa modalidade de contratação em que o temporário é colocado à disposição da Utilizadora para atender uma interposta demanda complementar de trabalho. É a Lei quem diferencia a receita de serviço da agência dos Direitos dos trabalhadores temporários. Trata-se de uma folha especial de salários que deve observar todas as especificidades, dentre elas o Fundo de Previdência e Assistência Social FPAS (655) e a alíquota variável para o risco de acidente de trabalho (RAT).

Alguns Municípios, por absoluto desconhecimento dos preceitos da Lei Federal do Trabalho Temporário, e da determinação já contemplada por ocasião da edição da Súmula 524 do STJ, acabam por bi tributar a folha de salários sem amparo legal. Alguns municípios incluem os direitos dos trabalhadores, Salário, FGTS, Vale Transporte e outros tributos, como a Contribuição Previdenciária e Contribuições devidas ao PIS e à COFINS, e, ao próprio ISS, na base de cálculo do ISS, como se fosse serviço, quando, na verdade, não é. Em Curitiba a Lei é RESPEITADA.

DISCUSSÃO SOBRE OS TRIBUTOS

Exemplo prático aconteceu no município de Boa Esperança, no Paraná. Uma empresa agroindustrial foi autuada por não recolher ISS sobre emprego. Sem realizar a diferenciação entre emprego e serviço, o fisco simplesmente autuou a empresa Agroindustrial e, INDEVIDAMENTE alargou a base de cálculo (serviço+emprego).

Em que pese o Fisco municipal ter condições técnicas e profissionais para diferenciar emprego de serviço, não o fez e, neste caso, desrespeitou mais de uma dezena de condições legais, a saber:

1) "O trabalho temporário é prestado por pessoa física." Logo, o trabalho temporário (pessoa física) não é o preço do serviço da pessoa jurídica (agência). – Lei Federal 6019/1974 artigo 2º.

2) "O ISS não incide sobre a folha de salários da relação de emprego temporário." – LC 116/03, Art. 2º, inciso II. Não há justificativa legal para a confusão jurídica, na qual a relação de emprego do trabalhador temporário é misturada com o preço do serviço, prestação do próprio serviço, quando na realidade são duas coisas distintas, uma é emprego e a outra é serviço.

3) "É vedado à agência ter trabalhador temporário." O trabalhador é da Utilizadora e não compõe o preço do

serviço de colocação de trabalhador temporário. – Decreto 73841/71 – Art. 12, inciso II. Logo a Agência de trabalho temporário não pode prestar o próprio serviço, porque é PROIBIDA de ter temporários. Ninguém pode prestar serviços com empregados que está proibido de ter.

4) "Não incide imposto sobre imposto." Se O PISCOFINS não incide sobre o ISS. O próprio ISS não pode ser base de si mesmo. – STF – RE 571.706.

5) "Nenhum tributo pode incidir sobre o vale-transporte." Nem o ISS. – Lei Complementar 116/03, artigo 2º, inciso II, Lei 7.418/85, artigo 2º e Lei 8.212/91, Art. 28, § 9, item f. Importante frisar que em 15 de fevereiro de 2012 foi publicado no Diário da Justiça Federal da 1ª Região o acórdão proferido nos autos do mandado de segurança nº 2002.34.00.008522-4, que reformou a sentença anteriormente proferida para JULGAR PROCEDENTE O RECURSO DE APELAÇÃO DA ASSERTTEM, garantindo, por conseguinte, o direito das empresas associadas à ASSERTTEM de não incluírem na base de cálculo das contribuições previdenciárias, os valores pagos em dinheiro. O VT não pode compor o preço do serviço. Ocorre que o VT está discriminado e incluso na soma total da nota fiscal e o total da nota fiscal não é o preço do serviço.

6) "A taxa de agenciamento de trabalhadores temporários é o preço do serviço." O ISS incide apenas sobre essa taxa. – Súmula 524 – STJ

7) "Trabalho temporário da pessoa física não é serviço de agenciamento." O Serviço é de administração, agenciamento e intermediação. Salários e encargos sociais não são agenciamento. Há distinção entre direitos do trabalhador e receita da agência. – STJ RR – RR 1.138.205/PR. Previsão inserida no item (I) para o trabalho temporário e item (II) para o fornecimento ou terceirização de mão de obra.

8) "A empresa de trabalho temporário que atua como intermediária entre o contratante e o terceiro tem como base de cálculo do ISS apenas a TAXA." AgRg Resp. – 1.264.990/2014-MG (Ministro Relator Napoleão Nunes).

9) "Agenciadoras de trabalho temporário devem recolher o ISS tão somente sobre a taxa de comissão, quando trata-se de mera intermediação." AgRg AREsp – 25.600/2012-DF (Ministro Relator Castro Meira).

10) "O ISS, incide, apenas, sobre a taxa de agenciamento.", que é o preço do serviço pago ao agenciador, sua comissão e sua receita, excluídas as importâncias voltadas para o pagamento dos salários e encargos sociais dos trabalhadores. Item 4, AREsp – 712.914/PR (Ministro Francisco Falcão).

11) "Não se incluem na base imponível do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, o valor da folha de pagamento e os respectivos encargos sociais do serviço descrito no item 17.05 da lista de serviços anexa". Art.13–A, da Lei 40/01, Curitiba/PR.

Em um país que carece de vagas de emprego, o trabalho temporário tem papel fundamental para movimentar a economia. Na agroindústria, este regime de contratação sustenta famílias e garante que empresas Agroindustriais tenham suas demandas devidamente atendidas. Por fim, é a oportunidade para muitos brasileiros voltarem ao mercado de trabalho. Em nenhum lugar do mundo Agência de trabalho temporário é confundida como prestador de próprio serviço para efeitos tributários. A nova Lei da terceirização já determinou que o preço do serviço é a Taxa de Administração – lei 13.429/17, art. 9º, IV.

Por que o Brasil tem que ser diferente do resto do mundo?

Economista graduado pela Fundação de Estudos Sociais do Paraná, especialista em Recursos Humanos pela FAE (Faculdade de Administração e Economia), Ex Presidente da ABRH NACIONAL, Ex Diretor Jurídico e atual Vice Presidente da Associação Brasileira do Trabalho Temporário (Asserttem) e fundador da Employer | Tudo do RH, Empresa que atua há mais de 30 anos com agenciamento de trabalhadores temporários.

Chefs, CISOs e automedicação

*Jason Green**

Em minha longa e variada carreira, cheguei a entender algo que muitos que não compartilharam o mesmo caminho podem não entender: especialistas em hospitalidade e profissionais de segurança são algumas das pessoas mais trabalhadoras que já conheci. Para ambos os grupos, as horas são insanamente longas, muito estressantes e há pouco tempo de inatividade para se recuperar mentalmente da rotina diária.

Nos níveis mais altos dos restaurantes e da segurança, a demanda por perfeição é incrivelmente intensa. Nas cozinhas profissionais, não é incomum ver álcool ou drogas usadas como um bálsamo contra o estresse. Parece que esse é também o caso dos Chief Information Security Officers (CISOs), como um estudo citado mais adiante neste artigo demonstra – mas primeiro, por favor, permita-me fazer algumas comparações entre os dois campos.

Em meados dos anos 90, eu trabalhava em uma pequena vinícola no Vale de Santa Ynez, a cerca de uma hora ao norte de Santa Bárbara, na Califórnia. Um dos nossos hóspedes e eu começamos a falar uma tarde e ele me disse que estava se preparando para abrir um restaurante em Springfield, Missouri. Depois de várias conversas, ele pediu que eu me mudasse para Springfield para administrar aquele restaurante.

Dois meses depois, tive a minha primeira experiência no negócio de restaurantes. Meu dia típico começava às 9 da manhã, quando eu abria o restaurante e começava a examinar o estoque e as encomendas para os próximos dias. Uma vez que a corrida do almoço começava, por volta das 11 horas, seguíamos num ritmo alucinante até as 15 horas. Em seguida, duas horinhas para respirar até o *rush* do jantar. Depois disso, o aperitivo e a multidão do happy hour até cerca de 23 horas.

Depois que fechávamos as portas, à meia-noite, colocávamos tudo de volta e contávamos o dinheiro para o depósito no banco do dia seguinte, normalmente era 1 da manhã. Pelo menos uma vez por semana no meu caminho de volta para o meu apartamento, eu parava no mercado e pegava uma garrafa de vodca, pensando que seria a única maneira de conseguir dormir a tempo de acordar e voltar para o restaurante dentro de 8 horas.

Algumas noites, metade da garrafa desapareceria antes que a sensação elétrica de estresse no meu pescoço e nos ombros diminuísse o suficiente para que eu conseguisse fechar os olhos e descansar um pouco. Eu posso dizer a você, por experiência própria, que, quando seu dia se desdobra no ritmo de um restaurante movimentado, às vezes parece que o álcool é a única maneira de sentir que – parafraseando o grande Charles Bukowski – o mundo não tem você pela garganta.

SEMELHANÇAS ENTRE CHEFS E CISOS

Deixei o emprego depois de uns seis meses e voltei para a Califórnia, onde comecei minha carreira em vendas. Mas a indústria de restaurantes me chamou de volta e, em 2003, me formei no Le Cordon Bleu em Pasadena, Califórnia. Pelos 10 anos seguintes, trabalhei dentro e em torno da indústria culinária e, durante esse período, percebi que minha experiência naquele restaurante em Springfield era, infelizmente, muito típica.

Na indústria da gastronomia, a taxa relatada de uso de álcool e drogas é de cerca de 12%. A duração média no setor de hospitalidade é de 21 meses. Conheço um chef que sofreu um derrame em tenra idade e conheço dois que tiraram a própria vida.

De acordo com um estudo recente da Nominet.uk (em inglês), o número de CISOs abusando de drogas ou álcool para gerenciar o estresse é de quase 17%, e seu tempo médio de permanência em uma empresa é de aproximadamente 22 meses.

As semelhanças entre chefs e CISOs me impressionaram e, quando comecei a considerar as duas carreiras, comecei a ver ainda mais semelhanças. Por exemplo, como cozinheiro em um restaurante sofisticado (meu último emprego em gastronomia foi em um restaurante 5 estrelas – agora com estrela Michelin – na Costa Oeste), aqui está como você passa o dia:

CHEF DE COZINHA	CISO
Certificar-se de que suas ferramentas estão afiadas e são as melhores que você pode pagar.	Construir e manter sua pilha de segurança.
Fazer mise en place (preparação diária de alimentos).	Garantir que a equipe seja treinada e capaz.
Gerenciar tickets (pedidos de comida).	Gerenciar alertas de segurança.
Manter sua estação (e cozinha) limpa.	Fazer remediação.
Manter todos os cozinheiros na mesma página.	Gerenciar a dinâmica dos times.
Atualizar-se sobre as tendências alimentares/ novas restrições alimentares (pergunte-me como alimentar veganos em uma churrascaria!).	Estar à frente de novas ameaças/novas dinâmicas de segurança.
Preparar alimentos a longo prazo (caldos etc.).	Fazer projetos relacionados à segurança e outros trabalhos relativos à TI.

Agora, acrescente um casamento, uma festa de aposentadoria, um convidado problemático e muitas outras variantes à mistura, mantendo o mesmo nível de serviço (para um CISO, isso incluiria projetos não relacionados à segurança). E, apenas por diversão, jogue um congelador quebrado, um encanamento estourado, uma falha elétrica ou algum outro problema mecânico que venha completamente do nada – é "MALWARE" que chama?

À medida que as demandas e horas se acumulam, o estresse também aumenta. À proporção que o estresse aumenta, aumenta também a tendência de querer recorrer a soluções rápidas para ajudar a controlar esse estresse. Olá, garrafa de vodca. Olá, pílulas, bebidas energéticas com cafeína ou outras substâncias.

Eu imagino que muitos chefs adorariam ter uma ferramenta que lhes permitisse identificar problemas antes que eles acontecessem, e automaticamente consertar o problema antes que causasse confusão na cozinha. Mas, como os profissionais de segurança, alguns chefs simplesmente adoram fazer as coisas da maneira que sempre fizeram, como quando eu fiz um molho hollandaise de 30 ovos com um batedor em vez de usar um mixer – valeu, chef!

HORA DE MUDAR

É claro que precisamos fazer uma mudança no setor de segurança cibernética. Algumas coisas são simples, como adotar novas tecnologias que substituam as horas de trabalho por horas de máquina. Ou usar tecnologias que minimizem as coisas que dão trabalho e nos distraem de nossas ocupações reais (leia-se alertas). Ou abraçar a automação e a inteligência artificial (IA) para gerenciar muitas das tarefas diárias nas quais nós gastamos tantas horas de trabalho. E, é claro, usar ferramentas que possam prever problemas e preveni-los antes que aconteçam, em vez de apenas nos alertarem depois.

Certamente, algumas coisas são mais difíceis que outras. Um estudo da Nominet revela que muitos membros da Diretoria ou equipes de gerenciamento sênior ainda não entendem o "cyber", muito menos a "segurança", e não a aceitam como uma função estratégica de negócios. A maioria dos CISOs entrevistados no estudo acima indicaram que, embora sua Diretoria compreendesse a aparente inevitabilidade das violações, eles ainda acreditavam que seriam demitidos como resultado de uma delas.

E, claro, você tem a natureza predatória dos muitos fornecedores de segurança cujo lema parece ser "por que usar uma ferramenta realmente boa, quando uma dúzia de nossas ferramentas medíocres dão pro gasto?" Em suma, tornou-se uma despesa em profundidade.

Para fechar: se você está nos 17%, ou se você tem um colega que está lutando contra o vício, por favor, siga meu conselho e procure ajuda. Ninguém deveria ter de lutar contra esses demônios sozinho. Sinto falta dos meus amigos da indústria de serviços alimentícios que deixaram este mundo cedo demais e não quero ver a mesma coisa acontecer com meus novos amigos em segurança cibernética.

**** Gerente de desenvolvimento de pipeline para as Américas e Ásia-Pacífico na BlackBerry Cylance.***

Open Banking no Brasil: novos horizontes para o cenário financeiro no país

*Marco Bravo**

À medida que o Banco Central do Brasil se prepara para implementar um novo modelo de Open Banking no país em 2019, a necessidade de repensar o modelo atual de transações financeiras segue urgente.

De acordo com pesquisas da Febraban (Federação Brasileira de Bancos) em 2018, as transações financeiras bancárias móveis cresceram 70% no Brasil. Com o Open Banking funcionando a pleno vapor, esse percentual deve aumentar substancialmente. Em poucas palavras, o Open Banking possibilita que usuários de terceiros acessem e utilizem os recursos de uma conta bancária por meio da integração das plataformas de TI de vários prestadores de serviços financeiros, desde que o titular da conta o permita.

O ponto principal do movimento Open Banking é fornecer aos usuários maior autoridade sobre suas próprias contas e lhes oferecer uma forma mais simples de lidar com seu dinheiro, sem necessidade de baixar vários aplicativos de diferentes bancos ou se preocupar com diversos tipos de transações, sistemas, variantes tributárias e outros detalhes que tornam o mundo financeiro complexo para o consumidor.

As fintechs são importantes para esse novo cenário porque estão trabalhando para diminuir o número de intermediários no processo financeiro e tornar as movimentações financeiras o mais simples e diretas possíveis. Para fazer pagamentos, por exemplo, seria possível, por meio do Open Banking, enviar dinheiro diretamente para a empresa que você está contratando para um serviço, sem necessidade de recorrer a modelos de transferência de moeda que podem divergir de um banco para outro (e que cobram o usuário por isso).

A necessidade de colaboração com as fintechs

Atualmente, temos, de um lado, instituições financeiras trabalhando de forma tradicional e, do outro, as fintechs, que estão revolucionando a forma como trabalhamos com moeda, mas têm limitações quanto a aplicar todas as suas ideias devido aos sistemas monetários implementados atualmente. Bem no meio dessas duas opções fica o consumidor, à procura de melhores serviços, de soluções seguras e mais rápidas e de maneiras mais simples de usar seu dinheiro. A regulamentação do Open Banking no Brasil ajudará a resolver essa equação; no entanto, para que o open banking seja bem-sucedido é necessário que os bancos e as fintechs colaborem entre si para proporcionar melhores serviços para seus clientes.

Os consumidores têm muito a ganhar com a abertura do mercado de pagamentos para permitir maior concorrência, incentivando a inovação entre as fintechs, e a resultante disrupção do mercado. À medida que se tornar realidade, a regulamentação do Open Banking no Brasil irá impulsionar a necessidade dessas parcerias. Na verdade, muitas dessas parcerias já estão atuando por meio dos programas implementados nos principais bancos do país orientados a fintechs. Hoje, cada banco está conectado a um grande ecossistema de fintechs que oferecem serviços complementares ao cliente, sejam em fase exploratória ou já a pleno vapor. O Open Banking permitirá que as fintechs sejam mais independentes e consigam se conectar mais facilmente a múltiplos bancos, fornecendo serviços interbancários com maior inovação no mercado. Essa regulamentação honra a tradição do Brasil de possuir um dos sistemas bancários mais avançados e inovadores do mundo há várias décadas, apesar de focado primordialmente no mercado interno.

Lições de open banking aprendidas ao redor do mundo

Em se tratando de questões regulatórias, desafios ainda precisam ser superados, mas as lições aprendidas durante esse processo em outros países serão úteis. A criação da PSD2, uma diretiva europeia elaborada para quebrar o monopólio dos bancos sobre os dados de seus usuários, demonstrou que o uso da padronização, rastreabilidade e soluções que aprimoram a experiência do usuário, como o uso de biometria para consentimento e autenticação, deve ser incluído na regulamentação, sob pena de não se solucionar o problema por completo.

Na América Latina, esse movimento está começando a crescer. O México, por exemplo, regulamentou que prestadores de serviços bancários de todos os tipos devem fornecer acesso equitativo aos dados como condição para garantir ou manter sua licença bancária. Com isso, o México está tentando incentivar a concorrência a criar

novas propostas para os clientes, o que deverá conquistar novos usuários para o espaço digital – uma necessidade para o país.

A inclusão financeira, fundamental para a lei de fintech mexicana, é também um fator importante para o Brasil. O sistema *open banking* constitui apenas uma pequena parcela da discussão mais ampla sobre dados abertos. "Aberto" significa fornecer apoio às pessoas em relação ao entendimento de seus próprios dados, de modo a tomarem decisões bem fundamentadas. As pessoas sub-bancarizadas e não bancarizadas, assim como aquelas que não contam com infraestrutura tecnológica, não devem ser esquecidas. Em boa parte da América Latina, "correspondentes não financeiros" operam como um canal para fornecer alguns serviços financeiros básicos para comunidades com baixo grau de adoção digital. Essas empresas podem vir a se tornar um tipo novo e desafiador de banco comunitário que facilita o acesso e a compreensão de seus dados pelo cliente. A educação será fundamental para o sucesso do open banking e dos dados abertos.

E o que ocorre a partir daí?

Embora os bancos tenham feito avanços no setor bancário digital, há ainda um longo caminho a se percorrer e, em um ambiente no qual agilidade e tecnologia são essenciais, modernizar os sistemas é uma prioridade. A melhor maneira de fazer isso é trabalhar em conjunto com as fintechs para desenvolver novos serviços e soluções que atendam às necessidades emergentes e resolvam os pontos críticos dos consumidores. Há uma necessidade de se repensar completamente bancos e pagamentos, desde serviços e produtos à forma como enviamos e recebemos dinheiro, de modo a criar novas oportunidades e liberar todo o potencial da tecnologia financeira para que os consumidores possam desfrutar de novas e melhores possibilidades de gerenciar seu dinheiro.

Deve-se ressaltar também que a inexistência de qualquer caso negativo nos mercados que já adotaram o Open Banking, associado ao tamanho da oportunidade do país, contribui para o desenvolvimento de mais inovação no Brasil. Tal fato é corroborado pelo crescimento explosivo do financiamento disponível para novas fintechs em 2019, que aumentou sete vezes desde 2016 e atingiu mais de US$ 1,5 bilhão em 2018. Interessante notar que o impacto do Open Banking no Brasil também será impulsionado pelas discussões em curso sendo conduzidas pelo Banco Central em torno de padrões para os Pagamentos Instantâneos disponíveis 24 horas por dia, sete dias por semana no Brasil, e por decisões em torno de padrões globais como o ISO 20022. Isso pavimentará um caminho amplo para transações de pagamento internacionais no país, o que se alinha às novas diretrizes do governo brasileiro no sentido de acelerar a integração global da economia. As fintechs e os bancos no Brasil chegaram a um estágio em que estão prontos para dar o próximo passo em direção ao futuro.

** Vice-presidente da ACI Worldwide para a América Latina.*

Posicionamento jurisprudencial gera impactos tributários no benefício do Reintegra e na base da CPRB

*Rafael Pilch de Matos**

Em recentes julgamentos proferidos tanto pelo Tribunal Federal da 4º Região (TRF4), quanto pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), tem prevalecido o entendimento de que as operações de venda de bens destinados à Zona Franca de Manaus (ZFM) possuem natureza de exportação. Ainda, em determinados julgados, de forma mais pontual, ampliou-se referido entendimento às Áreas de Livre Comércio (ALC) de Boa Vista e Bonfim, ambas localizadas no Estado de Roraima.

O posicionamento adotado pela jurisprudência parte das disposições constantes nos artigos 4.º do Decreto-Lei n.º 288/1967 e 527 do Decreto n.º 6.759/2009, que equiparam a exportações, para efeitos fiscais, as operações que destinem bens à ZFM e às ALCs de Boa Vista e Bonfim.

É possível identificar na jurisprudência ao menos dois desdobramentos decorrentes do aludido entendimento:

1º) a extensão do benefício instituído pelo Reintegra às receitas decorrentes das vendas destinadas à Zona Franca de Manaus; e

2º) a isenção da contribuição previdenciária sobre a receita bruta (CPRB) em relação às receitas decorrentes da venda de bens à Zona Franca de Manaus e às Áreas de Livre Comércio de Boa Vista e de Bonfim.

A insurgência dos contribuintes se deu em razão da interpretação restritiva dos referidos dispositivos aplicados pela Receita Federal do Brasil à legislação tributária, no sentido de que os benefícios fiscais acima referendados dispunham apenas das exportações de bens "para o exterior", situação esta que não abrange as operações aqui retratadas.

1º) Em relação à extensão do benefício instituído pelo Reintegra às receitas decorrentes das vendas destinadas à Zona Franca de Manaus, a primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em recente julgamento, negou provimento ao AREsp, interposto pela União, e manteve o acórdão proferido pelo TRF4, por meio do qual foi concedida à empresa o direito de se valer dos benefícios instituídos pelo Reintegra nas operações de venda destinadas à Zona Franca de Manaus (ZFM).

O Reintegra, vale lembrar, é um regime especial tributário que busca estimular a exportação, mediante desoneração da cadeia produtiva, de modo a conferir maior competitividade econômica às empresas brasileiras no âmbito internacional.

A decisão mencionada reafirmou o entendimento que já vinha sendo adotado pelas Turmas daquela Corte Superior em outros casos análogos, no sentido de que os benefícios previstos no Reintegra são aplicáveis às receitas decorrentes da venda de mercadorias para empresas lá sediadas. E o entendimento em referência tende a prevalecer, uma vez que o Supremo Tribunal Federal (STF) já se posicionou no sentido de que a matéria em questão não possui repercussão geral, diante do caráter infraconstitucional da discussão travada.

Ainda, deve ser destacado que o TRF4, em recentes decisões, tem estendido essa tese às operações que destinem bens às Áreas de Livre Comércio de Boa Vista e Bonfim, por força do contido no já mencionado artigo 527 do Decreto n.º 6.759/2009.

2º) Quanto à isenção da contribuição previdenciária sobre a receita bruta (CPRB), o TRF4 em recentíssima decisão, reconheceu que as receitas decorrentes de vendas realizadas à Zona Franca de Manaus (ZFM) e às áreas de Livre Comércio de Boa Vista e de Bonfim estão isentas da incidência da referida contribuição substitutiva.

No caso concreto, o contribuinte impetrou mandado de segurança com o fim de ver reconhecida a inexigibilidade da mencionada contribuição previdenciária sobre as receitas decorrentes da venda de mercadorias destinadas às aludidas áreas de livre comércio. No entendimento do desembargador relator do caso, estão amparados pela isenção em questão os contribuintes que realizarem

“ O Reintegra, vale lembrar, é um regime especial tributário que busca estimular a exportação, mediante desoneração da cadeia produtiva, de modo a conferir maior competitividade econômica às empresas brasileiras no âmbito internacional.”

operações cujo destino seja a ZFM e as ALC de Boa Vista e de Bonfim, pois:

“[...] a equiparação à exportação para fins fiscais é clara opção feita pelo legislador, pelas consequências na arrecadação de tributos, o que só reforça o argumento do acórdão de que não pode ser estendido o tratamento dado à Zona Franca de Manaus para as demais áreas de livre comércio sem que haja lei que lhe atribua a mesma condição [...]”

Dessa maneira, uma vez que os mencionados artigos 4º do Decreto-Lei n.º 288/1967 e 527 do Decreto n.º 6.759/2009, equiparam a venda de mercadorias destinadas às referidas áreas de livre comércio como se exportação fossem, a conclusão adotada por aquele Tribunal é a de que as receitas decorrentes das operações em questão não podem compor a base de cálculo da CPRB, nos termos do art. 9º, II, “a”, da Lei n.º 12.546/2011.

Esse posicionamento já foi adotado pelo TRF4 em outros casos análogos e, mais recentemente, foi objeto de apreciação por parte do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que se mostrou favorável à tese proposta pelos contribuintes.

Os contribuintes que se enquadrem nas situações acima mencionadas, poderão intentar ação judicial com o fim de discutir judicialmente o tema, evitando assim cobranças futuras, além da possibilidade de recuperação dos valores indevidamente recolhidos nos últimos cinco anos.

**Advogado no escritório Marins Bertoldi Advogados e especialista em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (IBET).*

A CSN investirá R$ 1,5 bilhão na instalação de uma laminadora de aço no Vale do Paraíba - SP

- A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) investirá R$ 1,5 bilhão na instalação de uma laminadora de aço no Vale do Paraíba (SP). O empreendimento terá capacidade para produzir 350 mil toneladas de aço laminado por ano e atenderá os mercados de automóveis e de produtos da linha branca.

- A petrolífera Potiguar E&P, após ter adquirido ativos da Petrobras na região de Mossoró (RN), investirá US$ 150 milhões no Rio Grande do Norte, ao longo dos próximos cinco anos. O aporte será direcionado para a ampliação da área perfurada de poços de petróleo.

- A Ultramar investirá R$ 300 milhões no Porto de Rio Grande (RS). Com o aporte, será possível aumentar a área portuária, de modo a escoar de forma mais eficiente a produção de madeira e celulose.

- A Unimed investirá R$ 200 milhões na ampliação de sua rede própria em Fortaleza. A maior parte do aporte será direcionada para a construção do Hospital Materno Infantil, para o qual serão destinados cerca de R$ 145 milhões. O empreendimento deve ser entregue em dezembro de 2020.

- A produtora de carnes JBS investirá cerca de R$ 100 milhões na construção de uma fábrica de embalagens metálicas e na modernização de sua unidade em Lins (SP).

- A Prefeitura de Cianorte (PR) investirá R$ 22 milhões em um pacote de obras ao longo dos próximos meses. Os recursos serão direcionados principalmente para a manutenção da infraestrutura urbana, o que contempla a construção e reforma de praças e parques, além de obras de pavimentação de ruas.

- A BMW investirá R$ 9 milhões na modernização de sua linha de montagem em Manaus (AM). O montante, que será aplicado ao longo de 2019, também será direcionado para melhorias na infraestrutura da fábrica.

- O Governo Federal investirá R$ 7 milhões em cooperativas produtoras de açaí do Amapá. Os recursos serão direcionados para a modernização do processo de produção.

- A Prefeitura de Ponta Grossa (PR) investirá R$ 3,6 milhões na pavimentação de diversas ruas do bairro Pimentel. As obras devem ser iniciadas em agosto deste ano.

- O Governo do Estado de São Paulo investirá R$ 2 milhões para melhoria da infraestrutura de três escolas da rede estadual da Região de Barretos (SP).

Fonte: Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos do Bradesco

Mercado de trabalho no Brasil segue com baixo dinamismo

- O mercado de trabalho no Brasil segue fraco. O baixo dinamismo da atividade econômica, mesmo após o fim da recessão em 2016, não tem sido suficiente para reverter a piora registrada desde 2014. De modo geral, o aumento da população ocupada nos últimos dois anos tem sido insuficiente para reduzir mais rapidamente a taxa de desemprego, que tem flutuado entre 12% e 13% desde meados de 2016, apesar de alguns choques positivos na ocupação nesse período (como liberação do FGTS e PIS/Pasep). Nesse contexto, a ociosidade no mercado de trabalho tem contribuído para conter aumentos reais de rendimento, mantendo a massa salarial crescendo cerca de 2,5-3,0% ao ano.

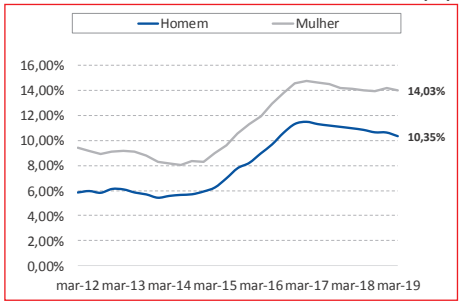
- O desempenho do mercado de trabalho, contudo, não tem se dado de forma homogênea dentre os segmentos da população e setores da economia. Alguns grupos são naturalmente mais vulneráveis ao desemprego e determinadas atividades acabaram sendo mais impactadas pela crise do que outras. Por meio da abertura dos microdados da Pnad contínua, é possível analisar os dados amostrais de emprego e rendimento desde 2012, controlando a análise por características da população e por setores de atuação na economia.

- O aumento da ocupação na categoria conta própria foi importante para contrapor a piora do mercado de trabalho. Do total de cerca de 4 milhões de novos postos de trabalho registrados entre 2012 e 2019, a categoria conta própria representa quase 80% desse aumento. Quando se considera também a categoria empregador, é possível explicar quase que a totalidade do aumento da população ocupada. Porém, as categorias responsáveis pelo pequeno aumento no período são justamente as que tiveram os menores ganhos de rendimento em termos reais: tanto a categoria empregador como conta própria praticamente não registraram nenhum ganho real de rendimento entre 2012 e 2019.

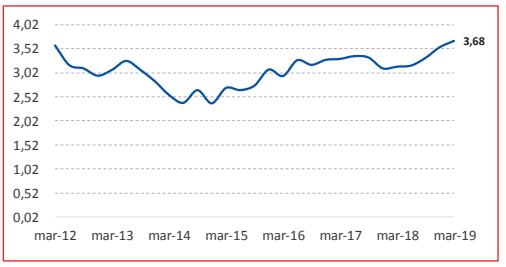
- Durante a crise, o desemprego poderia ter sido ainda maior não fosse pelo aumento da população em desalento, ou seja, aqueles que desistem de buscar emprego. No primeiro trimestre de 2019, o maior nível de desalento ocorria entre a população com menor nível de instrução e entre os menores de 18 anos que, em sua maioria, possui renda familiar que auxilia no seu sustento. Conforme a atividade econômica apresente crescente dinamismo nos próximos trimestres, é possível que essa população aos poucos recupere a perspectiva de encontrar uma ocupação, aumentando a população economicamente ativa (PEA) e impedindo assim um recuo mais rápido da taxa de desemprego. Por ora, a taxa de desalentados tem se mantido relativamente estável e acima dos 4% desde o segundo trimestre de 2018 (o maior nível desde o início da série da Pnad Contínua em 2012).

- De modo geral, pode-se dizer que a gradual e limitada melhora da atividade econômica ainda não produziu efeitos significativos sobre a taxa de desemprego. O crescimento da ocupação, apesar de positivo, se dá em velocidade aquém da necessária para promover uma rápida queda do desemprego, dada a chegada de novos entrantes no mercado de trabalho. O fraco desempenho da economia tem impactado de forma negativa principalmente os mais jovens e a população de baixa escolaridade (o desalento entre esses grupos é grande). Diante disso, houve aumento de formas alternativas à ocupação formal, em especial por meio da informalidade e de aumento da população ocupada na categoria conta própria. De um modo geral, por conta do desalento e do esperado processo de formalização do mercado de trabalho (fenômeno inverso ao apresentado durante a crise), sem uma substancial aceleração no crescimento da economia, a queda da taxa de desemprego deverá seguir lenta nos próximos trimestres.

TAXA DE DESEMPREGO: HOMENS E MULHERES (%)



DIFERENÇA DA TAXA DE DESEMPREGO: HOMENS E MULHERES (EM P.P.)



Fonte: IBGE - BRADESCO

ABDI seleciona 30 empresas de grande porte para conexão com startups

Segunda edição do programa, Startup Indústria 4.0 é realizado em parceria com Portugal e prevê R$ 4,8 milhões em prêmios para os novos empreendedores

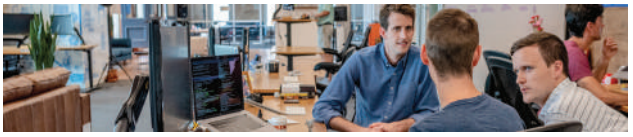
A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) selecionou 30 indústrias de grande porte, uma delas de Portugal, para participar do Programa Startup Indústria 4.0. A iniciativa, que está em sua segunda edição, irá conectar startups que ofereçam soluções para essas indústrias.

As selecionadas são Docol Metais Sanitários, Procosa, Renault, Natura, Bosch, Embraco, Marcopolo, Votorantim Cimentos, Libbs, Botica, Malwee, Arcelormittal, Cartepillar, 3M, Fras-LE, Oxiteno, Mondelez, Tigre, Confab, Nestlé, Vale, Cobra Correntes, Wirklich, International Indústria Automotiva, Schneider, Electrolux, BRF, Usaflex e Springer. A portuguesa é a Myshirt, do setor têxtil. No total, 86 indústrias brasileiras e portuguesas participaram da seleção.

O edital binacional (Brasil e Portugal), lançado pela ABDI em novembro de 2018, prevê R$ 4,8 milhões em premiação para as startups que se conectarem às indústrias de ambos os países com soluções inovadoras e tecnologias 4.0. A expectativa é que, ao final, seja feito "match" de, pelo menos, 60 startups com as 30 indústrias. Há 499 startups inscritas no programa.

A maioria das indústrias selecionadas são do estado de São Paulo (11), em seguida vem empatados Rio Grande do Sul e Santa Catarina (6), depois Paraná (4) e, por fim, Minas Gerais e Rio de Janeiro (1). Do total, 20% são indústrias de produtos químicos, farmoquímicos e farmacêuticos.

No primeiro edital do programa, 27 startups trabalharam com empresas como a Embraer, Ericsson, Dow Brasil e outras que também estão na segunda edição do edital como 3M, BRF, Embraco, Libbs, Natura, Cartepillar e Votorantim Cimentos.



Lista das indústrias selecionadas no edital do Programa Startup Indústria 4.0:

DOCOL METAIS SANITARIOS LTDA

PROCOSA PRODUTOS DE BELEZA LTDA

RENAULT DO BRASIL S.A.

INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMÉTICOS NATURA LTDA

ROBERT BOSCH LIMITADA

EMBRACO INDUSTRIA DE COMPRESSORES E SOLUCOES EM REFRIGERAÇÃO

MARCOPOLO S.A.

VOTORANTIM CIMENTOS S.A.

LIBBS FARMACEUTICA LTDA

BOTICA COMERCIAL FARMACEUTICA LTDA

MALWEE MALHAS LTDA

ARCELORMITTAL BRASIL S.A.

CATERPILLAR BRASIL LTDA

3M DO BRASIL LTDA

FRAS-LE S.A.

OXITENO S A INDÚSTRIA E COMÉRCIO

MONDELEZ BRASIL LTDA

TIGRE MATERIAIS E SOLUÇÕES PARA CONSTRUÇÃO LTDA

CONFAB INDUSTRIAL SOCIEDADE ANONIMA

NESTLÉ BRASIL LTDA

VALE S.A.

COBRA CORRENTES BRASILEIRAS LTDA

WIRKLICH INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS LTDA

INTERNATIONAL INDÚSTRIA AUTOMOTIVA DA AMÉRICA DO SUL LTDA

CIA INDUSTRIAL H. CARLOS SCHNEIDER

ELECTROLUX DO BRASIL S.A.

BRF S.A.

USAFLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

SPRINGER CARRIER LTDA

MYSHIRT LTDA

O desafio de escalar startups e manter a cultura

*Francisco Homem de Mello**

Uma preocupação muito comum entre os fundadores é como o escalonamento rápido pode, negativamente, afetar a cultura organizacional do negócio. Quando falo em cultura, refiro-me a um sistema de rituais, incentivos, valores, histórias e outras "engrenagens" que produzem um determinado conjunto de comportamentos nos membros de uma organização. Como uma startup pode crescer rapidamente – e tem potencial para isso, pode ter dificuldades em manter sua cultura genuína com o passar do tempo.

Mantê-la de forma "correta" significa que a maioria das pessoas que estão ali se comporta de acordo com o que é necessário para o sucesso da empresa. Vamos chamar isso de coesão da "Densidade da Cultura", que pode ser calculada de acordo com o número de funcionários da empresa aderentes à cultura, dividido pelo número total de colaboradores. Mas, por que o padrão é ter a densidade da cultura à medida que a empresa cresce?

As startups que começam a escalar nem sempre sabem o que a sua cultura realmente é, ou mesmo o que deveria ser. Há pouca clareza em torno do fato de que a cultura precisa servir a estratégia, e não às vontades dos fundadores. Outro ponto é que as startups realmente não sabem contratar de acordo com a cultura que imaginam ter. Eu me arrisco a dizer que pouquíssimas organizações, em todo o mundo, realmente sabem contratar candidatos que se adequem à cultura. É difícil e exige muita disciplina, ao passo que é muito fácil para uma empresa se convencer de que está contratando de forma assertiva.

> *"Os estereótipos também precisam cair e a avaliação de um candidato não precisa ser restrita apenas ao currículo."*

As pessoas tendem a confundir "sentir-se bem" com um candidato em encontrar um ajuste cultural. Eu senti o efeito da queda da densidade cultural nos últimos meses. À medida que começamos a escalar, contratamos mais e mais pessoas sem a digitalização adequada para a cultura (pensávamos que éramos - pelo menos alguns de nós) mas, na verdade, não éramos.

Não havia um processo adequado que nos permitisse avaliar a cultura. E, no calor da necessidade de preencher posições abertas, esquecemos de dar sinais, fizemos menos verificações de encaminhamento com os candidatos, e assim por diante. E o efeito de alguns desses desajustes culturais na empresa foi realmente significativo. Estamos instituindo "bar raisers", conceito prático emprestado do Google e da Amazon: ou seja, pessoas que não estão emocionalmente apegadas à posição, que podem dizer "não" aos candidatos sem sentir dor, e que examinam todas as decisões de contratação.

Por exemplo, podemos ter um engenheiro veterinário no processo de recrutamento para uma posição em marketing, ou ter alguém em marketing para decisões em finanças. Os estereótipos também precisam cair e a avaliação de um candidato não precisa ser restrita apenas ao currículo.

Startups não têm marcas empregadoras muito fortes, e é assustador tomar qualquer ação que possa assustar parte de um pool de candidatos já pequeno. Mas é a coisa certa a fazer, pelo menos no nosso estágio. Então, faremos mais trabalho para dar aos candidatos uma visão completa do que esperamos deles em termos de cultura, para que eles possam se auto selecionar ou desistir do processo.

** Fundador da Qulture.Rocks, software de gestão de desempenho. Especialista e estudioso em cultura organizacional. Autor do livro The 3G Way: Dream, People, and Culture, figurando entre os mais vendidos da Amazon em estratégia e negócios. A próxima obra é sobre "OKRs: Da Missão às Métricas", com o objetivo de ajudar as empresas a implementar uma metodologia de metas direcionada para alcançar resultados.*

A urgência da governança da informação

*Rafael Schur**

Práticas de análise de dados impulsionaram 15% de crescimento para 78% das companhias nacionais, revela estudo da EY. Mas os melhores resultados dependem de uma equipe responsável capaz de trabalhar o que foi coletado

Uma nova agenda está surgindo nas corporações em relação à coleta e análise de dados - seja para atender ao cada vez mais complexo ambiente regulatório, seja para melhorar os resultados dos negócios. A implementação de novas tecnologias que permitem produzir mais e mais informação tornou-se parte estratégica no negócio. Mas isso não é suficiente para a criação de valor às empresas. É preciso ter governança da informação para garantir uma boa gestão dos dados e obter o máximo valor econômico por meio da inteligência analítica. Significa que o maior desafio para o *big data* e *analytics* hoje não é mais tecnológico, é humano.

Há um boa distância entre as empresas que já utilizam esses novos modelos para análise de dados e as demais. Quase dois terços das empresas do mundo com estratégias bem estabelecidas de governança de dados e modelagem analítica avançada reportaram crescimento de 15% ou mais de receitas, enquanto apenas 13% das corporações iniciantes nas práticas de *Data & Analytics* (D&A) tiveram o mesmo desempenho, segundo um relatório recente da EY e Forbes Insights baseado em uma pesquisa com 1.518 executivos.

No Brasil, a pesquisa, que contou com a participação de 74 executivos, indica que 78% das empresas líderes obtiveram crescimento de receitas de 15% ou mais com o uso de práticas de D&A, enquanto apenas 13% relataram ter atingido essa performance com práticas iniciantes. A mesma lacuna de atuação pode ser observada em outras importantes alavancas de geração de valor para as empresas, como margem operacional e melhoria do perfil de risco.

Mas, afinal, do que se trata a governança da informação? É um termo que vem se popularizando para definir o conjunto de atividades dos profissionais que trabalham com informação para facilitar a interação entre indivíduos, produtores e consumidores de dados. A governança da informação é um arcabouço de gestão que otimiza corporativamente o valor da informação. A relação entre produtores e consumidores em busca de um valor aceitável para ambas as partes baseia-se em informação cada vez melhor para tomadas de decisões.

Os principais obstáculos para desenvolver ou aprimorar a estratégia de negócios com o uso de modelagem analítica estão na cultura organizacional. Executivos ainda estão acostumados a tomar decisões mais com base na intuição do que em dados.

Caminhos para a governança de dados

Designar a responsabilidade da governança de dados para a área de tecnologia da informação negligencia as complexidades da utilização da informação pelas áreas consumidoras. São elas, em geral, as áreas de negócios responsáveis pela gestão de clientes, de finanças, de riscos e de operações. Não há um formato único para a boa gestão dos dados. Mas uma estrutura de governança da informação deve atribuir responsabilidades integrando as áreas de negócio com as tecnologias existentes e com as tecnologias futuras.

A construção da governança da informação deve ter como focos principais estabelecer uma semântica única na empresa e permitir a tomada de decisão com base em dados. É nesse contexto que os gestores de informação, capazes de colaborar com a organização e conhecedores das nuances do negócio, têm a responsabilidade de ajudar a inteligência analítica a desempenhar toda a sua capacidade.

Impulsionada pelos motores possantes da estatística avançada e do aprendizado de máquina, abastecida pelo enorme volume de dados diversificados, a inteligência analítica só conseguirá atingir toda a sua potencialidade com uma prática de governança da informação adequada, que estabelece a autoridade necessária para conduzir a empresa sem derrapagens na direção dos resultados esperados.

Saiba mais sobre governança da informação na série de *podcasts* Negócios em Transformação:
www.valor.com.br/negociosemtransformacao

- Adaptação do artigo "A emergência da governança da informação" publicado na edição de março-abril da Revista FGV – Executivo da Fundação Getúlio Vargas

Sócio de Serviços Financeiros da EY.

ey.com.br

EY
Building a better working world

Quão humano é seu algoritimo?

O time de serviços financeiros da EY pode ajudar a humanizar sua oferta de serviços digitais.

Quanto melhor a pergunta, melhor a resposta.
E melhor se torna o mundo de negócios.

© 2019 EYGM Limited. Todos os direitos reservados.

As organizações e a transformação digital na prática: como fazer direito?

*Rodrigo Pimentel**

Saí ontem para comprar um tênis em um shopping perto do escritório. Necessidade antiga, adiada por meses. Meu tênis está um trapo e já não deve aguentar mais duas partidas...

Era quase meio-dia. No caminho, vi patinetes, bicicletas amarelinhas, coloridas, e comecei a divagar sobre o fato de talvez estar perdendo tempo, enquanto poderia simplesmente sacar algum app do meu celular, ir de Uber e voltar mais rápido… mas aí concluí que uma caminhada na hora do almoço seria boa para mim. "Escolha saudável", pensei.

O fato é que, de fato, perdi tempo. Ao chegar ao shopping, vi que a maior loja de calçados estava fechada e os preços que encontrei nas que estavam abertas eram muito mais altos que nos sites que eu rapidamente tive a oportunidade de verificar. E lá estava eu pensando em transformação digital novamente, refletindo sobre tudo o que está por trás do patinete. Da bicicleta amarela. Da loja de tênis.

Lição aprendida, pois essa é a nossa vida em 2019.

Nessa mesma pegada, duvido muito que, no mundo corporativo em que vivemos, de todas as reuniões das quais você participa ao longo da semana, o tema transformação digital não apareça em pelo menos três ou quatro, em discussões das mais diversas áreas. Você não está sozinho: transformação digital é o conceito que não sai da cabeça da mais alta gestão das organizações - muito embora não seja um conceito novo.

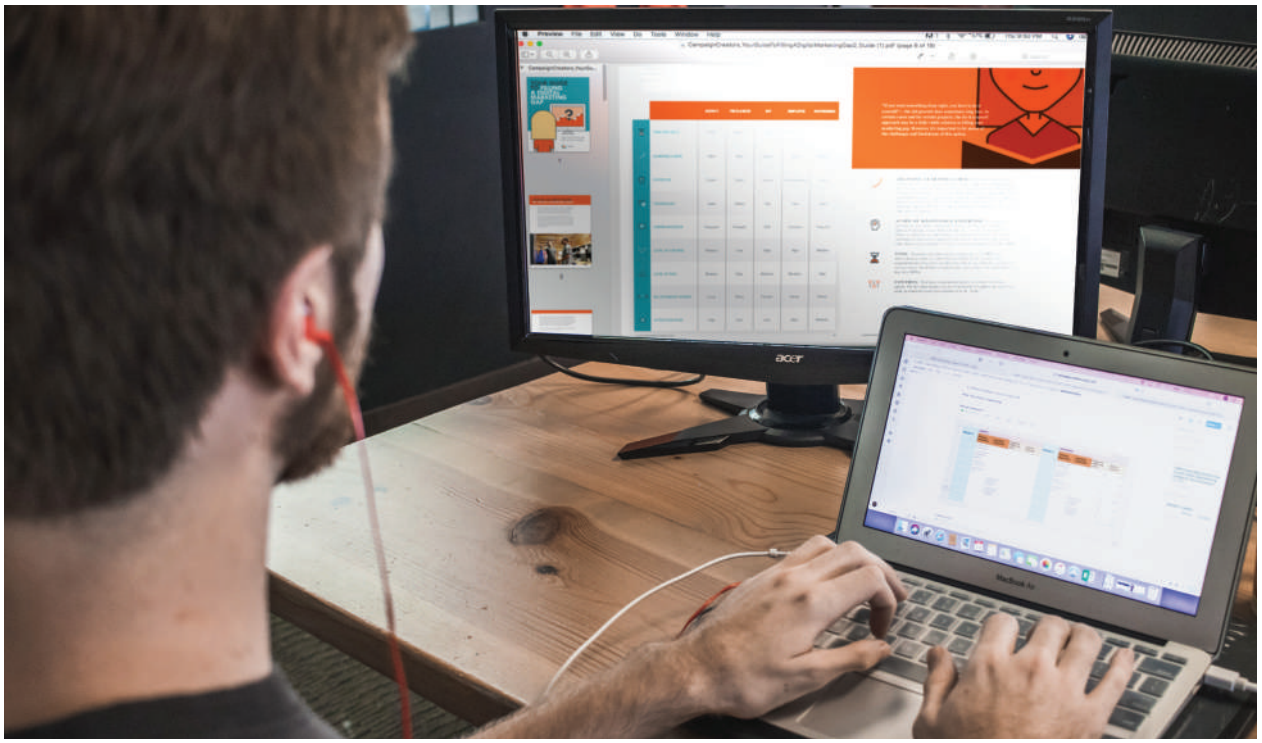
Há algum tempo, quando as demandas da indústria 4.0 surgiram, as mudanças exigidas ainda eram muito incipientes, etéreas, ninguém além de empresas de tecnologia (as realmente nativas digitais) sabia direito o que considerar, quais tendências seguir, se havia modelos ou benchmarkings possíveis de ser replicados nos mais diversos tipos de negócio. E ainda não havia mesmo. As companhias estavam tateando no escuro enquanto o perfil de seu consumidor mudava rapidamente (exigindo que ela se transformasse ao menos da porta para fora) e, conforme os anos foram passando, o perfil da sua própria força de trabalho começou a mudar, exigindo que a organização se transformasse também da porta para dentro.

E foi aí que a transformação digital pegou o mercado de surpresa.

De repente, companhias dos mais diversos segmentos viram-se às voltas com uma espécie de atualização do sistema que fora adiado por tempo demais e que agora urgia. O que antes parecia uma escolha passou a ser um vai-ou-racha dentro do mercado. É mudar ou desaparecer.

O que as empresas estão dolorosamente começando a perceber, contudo, é que transformação digital não se trata somente de tecnologia, porque ela é um recurso secundário no todo. Para uma empresa se transformar digitalmente ela precisa investir nas pessoas que vão selecionar - e operar - sua tecnologia. As pessoas, sim, são o recurso primário que a levará a um novo patamar. Ao observar o mercado, as organizações que estão na frente nessa corrida claramente identificaram a necessidade de mudar a forma como operam de dentro para fora, a necessidade de rever seu próprio propósito antes de se jogar no mercado como empresas digitalmente transformadas. Afinal, estamos em 2019, em meio à era da experiência, e as aspirações das pessoas mudaram. E se são elas que efetivamente trazem o olhar que identifica as novas demandas e pensam em formas de transformar um negócio, é nas pessoas que as empresas devem pensar primeiro se quiserem se transformar digitalmente.

O estudo mais recente da Deloitte tem justamente esse foco e fala da importância de se investir em pessoas e em sua capacitação. Após ouvir mais de dois mil executivos, de 19 países – incluindo brasileiros -, que representam empresas com receita de mais de R$1bilhão, a pesquisa "Sucesso Personificado na Quarta Revolução Industrial: quatro personalidades de liderança para uma era de mudança e incerteza" aponta que o avanço do conceito da Indústria 4.0 no país ainda é tímido, centralizado em grandes corporações, e que os desafios mais complicados são os que tangem às pessoas. Os resultados mostram que 54% dos entrevistados no Brasil afirmam ter dificuldade em conquistar talentos com as competências necessárias para as fábricas alinhadas com o conceito 4.0 - no mundo, essa porcentagem cai para 48%. A falta de profissionais com conhecimento tecnológico e demais competências é destacada por 38% dos entrevistados. Além disso, o estudo revela um problema estrutural no sistema de educação. Apenas 29% dos entrevistados acreditam que o atual sistema educacional preparará suficientemente os indivíduos para que eles possam atuar neste cenário. Por outro lado, cerca de somente 28% afirmaram ter treinado seus colaboradores para atender às demandas dessa revolução.



Vê-se, então, que o movimento é urgente e que ele deve ser baseado na capacitação dessas pessoas que não vêm prontas da escola ou da faculdade. Muitas empresas hoje em dia já acordaram para isso e deixaram de considerar apenas currículos com os nomes de grandes universidades e MBAs na hora de contratar um talento. Porque elas sabem que os tempos são outros e que ter a oportunidade de gerar conhecimento dentro de casa através de treinamentos, mentoria e acompanhamento de uma liderança forte e preparada pode gerar muito mais resultado. Segundo a Associação Brasileira de Startups, para atrair mão de obra, as organizações passaram a considerar mais diplomas de cursos técnicos. Cargos como desenvolvedores de softwares, antes reservados para graduados em Ciência e Engenharia da Computação, agora estão abertos para profissionais com formação técnica, apesar de estarem entre os mais estratégicos na área de tecnologia. Em paralelo, isso também é visto expressivamente em empresas gigantescas, que não agem desta forma porque são boazinhas, mas porque estão lá na frente quando se trata de identificar tendências que vão mudar o mundo e sabem que o que muda o mundo são as pessoas. E se a iniciativa funciona no macro, por que não trazê-la para o micro? É uma questão de escala.

Porém, o fato de grandes corporações estarem recrutando a partir de outros critérios não significa que os processos sejam mais fáceis nessas seleções. O ponto é que as organizações entendem que o mais valioso em um profissional não são os cursos que ele fez, ou os diplomas que possui, mas as soft skills – ou "habilidades interpessoais" – que a pessoa possui e que sejam relevantes para o cargo e à cultura que ela pode vir a viver naquela empresa. Assim, se de um lado as empresas reduzem as exigências relacionadas à graduação, de outro elas buscam identificar competências técnicas, comportamentais e analíticas que a vaga exige. E, uma vez contratados, os novos colaboradores são submetidos a treinamentos direcionados a complementar gaps de conhecimento prático. Para se ter uma ideia, o Google – que foi uma das primeiras grandes corporações a aderir a esta tendência em recrutamento – não exige graduação para vagas efetivas desde que o candidato tenha experiência prática na função; na Stone, um dos unicórnios brasileiros, é a mesma coisa, e na PwC também, sendo que todas elas operam consistentes programas de desenvolvimento de profissionais.

Ou seja, quando se fala em transformação digital, olhar para as tendências e para o que está dando certo por aí é essencial. E o que dá certo? A soma de pessoas, capacitação e uma leitura 360º do negócio, que considere tanto seu público interno quanto às demandas que ele pretende atender. Portanto, aproxime-se de suas equipes, entenda suas necessidades, reveja seu propósito se for o caso. É fundamental direcionar os esforços para melhorar o olhar para o seu colaborador. Afinal, ele é o fator mais importante da equação que vai permitir que sua empresa se transforme digitalmente de verdade.

**** CEO da Afferolab.***

RUMO

Prestes a completar um ano de operação, o projeto Fertilizantes idealizado pela Rumo, maior operadora de ferrovias do país, em parceria com a JM-Link, segue batendo recordes operacionais significativos de importação do produto. Em abril de 2019, o navio Theresa Hebei atracou no Porto de Santos com mais de 72 mil toneladas de fertilizantes da Companhia Belarusian Potash Company (BPC), superando a marca de 71 mil toneladas registrada em novembro do ano passado.

Responsável por administrar o principal corredor ferroviário de exportação de grãos do país, que conecta a cadeia produtiva do Centro-Oeste ao Porto de Santos, a Companhia desenvolveu uma estratégia comercial de round-trip (ciclo completo), onde parte dos vagões descarregados com grãos no porto passaram a retornar carregados de fertilizantes até o terminal da Rumo em Rondonópolis (MT). "Nossa projeção é que, em 2019, ao redor de 50% do consumo de fertilizantes importados para o Mato Grosso seja proveniente da ferrovia", destaca Jose Eduardo Grandi Cavalcanti, Executivo de Vendas da Rumo.

Para 2019, a Rumo estima uma movimentação de aproximadamente 2 milhões de toneladas de fertilizantes. O valor equivale a quase 23 mil vagões, o que representa cerca de 50 mil viagens de caminhões nas estradas com destino a Rondonópolis. Esta operação melhora o custo logístico para os produtores rurais, aumenta a segurança nas estradas e reduz a emissão dos poluentes no meio ambiente.

"O projeto trouxe uma alternativa rentável para o mercado de importação, otimizando os custos logísticos por meio da alta capacidade do modal ferroviário. A perspectiva para os próximos anos é de seguir expandindo as operações neste segmento", explica Cavalcanti.

Para viabilizar a operação de fertilizantes, a Rumo em parceria com a JM-Link já investiu mais de R$ 200 milhões na infraestrutura do terminal. O complexo tem capacidade para descarregar até 7,5 milhões de toneladas por ano, e é estruturado com duas linhas ferroviárias que descarregam oito vagões ao mesmo tempo, duas correias transportadoras independentes de 1.200 t/hora cada e capacidade estática de 64 mil toneladas. Visando o crescimento de acordo com a demanda e o plano de crescimento, o terminal poderá chegar a 192 mil toneladas de capacidade estática nos próximos anos.

A Rumo é a maior operadora de ferrovias do Brasil e oferece serviços logísticos de transporte ferroviário, elevação portuária e armazenagem. A companhia opera 12 terminais de transbordo, 6 terminais portuários e administra mais de 12 mil km de ferrovias nos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. A base de ativos é formada por 1.000 locomotivas e 25.000 vagões.

DURATEX

A Duratex anunciou a assinatura do contrato para compra da totalidade da Cecrisa, produtora brasileira de revestimentos cerâmicos e detentora da marca Portinari. Para a aquisição de 100% das ações da empresa catarinense, o valor é de até R$ 539 milhões e será composto por: pagamento de R$ 264 milhões em dinheiro e possível preço adicional de até R$ 275 milhões, na hipótese de verificação futura de determinadas condições suspensivas. O valor da dívida líquida da companhia era de R$ 442 milhões. A operação, que está sujeita à aprovação do CADE em conformidade com as normas legais, será realizada sem alterações relevantes na atual estrutura de capital e no endividamento da Duratex.

O novo negócio permitirá a ampliação do portfólio da companhia, que reúne atualmente as marcas Durafloor (pisos laminados e LVT), Deca (louças e metais sanitários), Hydra (produtos para aquecimento de água e válvulas), Duratex (painéis de madeira e revestimentos de paredes e forros) e Ceusa (revestimentos cerâmicos). Com a transação, a companhia espera capturar gradualmente sinergias operacionais e administrativas acima de R$ 250 milhões.

"Colocamos, diariamente, toda a nossa energia em desenvolver soluções para melhorar os ambientes, tornando a aquisição da Cecrisa estratégica não só para a expansão dos negócios da Duratex como para reforçar o nosso propósito de oferecer Soluções para Melhor Viver", afirma Antonio Joaquim de Oliveira, presidente da Duratex. A Cecrisa é referência para indústria nacional por oferecer qualidade e confiança em seus produtos, além de ser detentora da marca premium Portinari, uma das mais conhecidas do mercado. "Essa aquisição somada à expansão da Ceusa, anunciada anteriormente, traz escala e sinergias importantes para o nosso negócio, deixando a Duratex ainda mais competitiva", detalha o presidente da Duratex.

Com capacidade de produção de 20 milhões m²/mês, a Cecrisa possui três unidades fabris no Brasil, sendo duas em Criciúma (Santa Catarina) e uma em Santa Luzia (Minas Gerais), e cerca de 1.700 colaboradores. Apresentou receita líquida de R$ 652 milhões e EBITDA de R$ 112 milhões em 2018. Com a assinatura final do acordo, a empresa será incorporada aos resultados financeiros da Duratex.

PI INVESTIMENTOS

O surgimento das fintechs intensificou a transformação digital do setor financeiro nacional e vem modificando expressivamente a forma como os bancos trabalham e atendem às expectativas de seus clientes no Brasil. Presente no mercado nacional há 37 anos, o Santander está sempre atento as evoluções mercadológicas e em todo este período tem contado com a parceria da everis – consultoria que o apoia em todos os países em que atua.

Em seu maior, mais inovador e disruptivo projeto no Brasil nos últimos anos, o grupo Santander lançou recentemente a Pi Investimentos, uma plataforma 100% digital, instalada em uma nuvem privada, e que tem a everis, multinacional de soluções de estratégia e de negócios, como incubadora e parceira operacional e estratégica nas áreas de tecnologia e de negócios. "O Grupo Santander queria aliar sua credibilidade, solidez e confiança à agilidade e capacidade de inovação das fintechs, para se destacar no segmento de investimentos com a oferta de produtos e serviços 3.0, sem intermediários, com melhores preços e oportunidades – assim nasceu a ideia da Pi, cujo projeto começou literalmente do zero", afirma Felipe Bottino, CEO da Pi Investimentos. Com o desafio definido era preciso encontrar uma parceira capaz de incubar e apoiar a ideia em todas as suas etapas, da criação e implementação até a operacionalização no prazo recorde de sete meses.

Segundo ele, a everis foi escolhida por já ser uma parceira internacional do Santander e por sua ampla expertise em inovação, tecnologia e negócios. "A escolha se mostrou muito assertiva, pois tínhamos decisões importantes a serem tomadas diariamente e a everis nos apoiou nas escolhas operacionais e estratégicas relativas à tecnologia, gestão e governança, mostrando-se ágil, flexível e comprometida com o sucesso do projeto", explica Bottino.

GOVERNO BRITÂNICO

O ministro britânico Mark Field e o Secretário Geral da OCDE Ángel Gurría assinaram um acordo que prevê o apoio do governo britânico para o alinhamento do Brasil aos padrões e as melhores práticas da OCDE. Serão investidos até 2 milhões de libras em múltiplos projetos de assistência técnica nos próximos 4 anos.

O Reino Unido apoia publicamente a adesão do Brasil à OCDE e esse memorando reforça este apoio. O Brasil é o país não membro que mais aderiu aos instrumentos exigidos pela Organização, superando os demais candidatos.

Esse montante faz parte do Programa de Facilitação de Comércio do Prosperity Fund, fundo do governo britânico que busca promover a cooperação entre o Reino Unido e países parceiros para eliminar barreiras ao desenvolvimento econômico e social.

O memorando de entendimento foi assinado em junho durante a reunião do Conselho Ministerial da Organização em Paris e contou com a presença do Chanceler brasileiro Ernesto Araújo e do Secretário Executivo do Ministério da Economia Marcelo Guaranys.

ENJOY

A Enjoy, grife brasileira nascida no Rio de Janeiro, viu seus resultados crescerem após investir em tecnologias que viabilizam uma operação *omnichannel*. Isso significa que os clientes que fizerem compras no e-commerce podem optar por retirar seus produtos nas lojas próprias da marca, localizadas na capital do RJ e em Niterói.

Em 2010, a marca contratou a Linx como parceiro tecnológico e, nos últimos dois anos, conseguiu fazer uma integração de canais capaz de oferecer mais conveniência aos consumidores e aumentar o movimento em suas lojas. Atualmente, 30% das compras online são retiradas em pontos de venda físicos da Enjoy.

Desse total, 25% dos casos terminam em vendas adicionais geradas por meio da abordagem de vendedores em clientes que foram até o estabelecimento retirar os itens que compraram no e-commerce. Para melhorar, a empresa conseguiu fazer com que a maior parte dos pedidos seja entregue no dia seguinte à data da compra. Por causa dessa facilidade, o valor médio das vendas feitas aumentou 20%.

Consumo nacional deve movimentar R$ 4.7 trilhões, elevando PIB em 2019

Pesquisa IPC Maps prevê alta de 2,7% nos gastos em relação ao ano passado

Em 2019, o consumo das famílias brasileiras continuará não só em crescimento, como também deverá impulsionar o Produto Interno Bruto (PIB) do País. Na contramão das últimas expectativas, a economia tem potencial para movimentar cerca de R$ 4,7 trilhões, sendo responsável por 64,8% da somatória de bens e serviços deste ano. A previsão, baseada no índice de inflação IPCA de 3,89%, é do estudo IPC Maps 2019, especializado no cálculo de índices de potencial de consumo nacional, com base em dados oficiais.

Ainda segundo o levantamento, as capitais perderão espaço no consumo (de 29,6% em 2018 para 28,9% este ano) e, em contrapartida, o interior dos estados voltará a dar sinais de recuperação, elevando de 54% para 54,4% a movimentação de recursos neste ano.

Perfil básico – Com mais de 210 milhões de habitantes, o Brasil concentra 84,8% dos seus cidadãos (178,1 milhões) na área urbana, que respondem pelo consumo per capita de R$ 24.420,15. Enquanto isso, os gastos dos 31,9 milhões de cidadãos rurais correspondem a R$ 10.498,72 por habitante.

BASE CONSUMIDORA – Embora com presença reduzida em quantidade de domicílios, a classe B continua puxando o cenário de consumo: representa 20,97% dos domicílios e encabeça o ranking com 38,41% (cerca de R$ 1,67 trilhão) dos recursos que serão gastos pelos brasileiros em 2019. Cada vez mais próxima, a classe C aparece com 37,5% (cerca de R$ 1,63 trilhão) dos desembolsos, representando 48,08% das residências. No topo da pirâmide, a classe alta (A), com 2,45% dos domicílios, aumenta seus gastos para 13,68% (R$ 595,2 bilhões) neste ano, ante 13,4% em 2018; bem como a classe D/E que, de 9,6% sobe para 10,41% (R$ 452,9 bilhões) neste ano, representando 28,5% dos domicílios. Na área rural, essa movimentação terá uma evolução significativa: de R$ 304,8 bilhões em 2018, passará a R$ 335,9 bilhões em 2019.

CENÁRIO REGIONAL – A participação regional sofreu pequenos ajustes, mantendo as mesmas posições do ano anterior. A liderança do consumo permanece com o Sudeste, com 48,89%, seguido pelo Nordeste, com 18,82%. A região Sul, que em 2018 tinha aumentado sua fatia para 18,07%, volta a cair para 17,82%, assim como o Centro-Oeste, que de 8,51% retrai para 8,21%. O reflexo na região Norte, por sua vez, é de 6,25%, contra 5,89% de participação em 2018.

MERCADOS POTENCIAIS – O desempenho dos 50 maiores municípios brasileiros, embora continue em ligeira queda, equivale a 39,43%, ou R$ 1,848 trilhão de tudo o que é consumido no território nacional. No ranking dos municípios, os maiores mercados permanecem sendo, em ordem decrescente, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, que subiu uma posição e ultrapassou Brasília, seguidos por Salvador, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre e Manaus, que recuperou o 9º lugar, derrubando Goiânia para o 10º. Cidades interioranas como, Campinas, Guarulhos, Ribeirão Preto, São Bernardo do Campo e São José dos Campos (SP), São Gonçalo e Niterói (RJ), Joinville (SC), Uberlândia (MG) e Caxias do Sul (RS), entre outras, também ganham destaque nessa seleção.

PERFIL EMPRESARIAL – A pesquisa IPC Maps constata o incremento de 12,9% no patamar empresarial, com a presença de 23.470.289 estabelecimentos instalados no País. Deste montante, quase metade (49,2%) corresponde ao setor de Serviços. Na sequência, aparecem atividades relacionadas aos segmentos de Comércio, com 31,9% (7.496.727), Indústrias, 16,1% (3.772.271) e, finalmente, Agribusiness, com 2,8% (657.547).

GEOGRAFIA DA ECONOMIA – A Região Sudeste concentra a maior parte das empresas, cerca de 50,86%, equivalendo a 11.936.813 unidades. O destaque vai para a Região Sul, que ao abrigar 17,82% (4.181.780), ganhou uma leve vantagem sobre o Nordeste com seus 17,8% (4.176.555) dos estabelecimentos. Já as regiões Centro-Oeste e Norte detêm, respectivamente, 8,41% (1.974.372) e 5,12% (1.200.769) das organizações.

Na análise quantitativa das empresas para cada mil habitantes, obtém-se resultados curiosos. As regiões Sul e Sudeste lideram com folga pois possuem, respectivamente, 139,50 e 135,08 empresas por mil habitantes; o Centro-Oeste vem ganhando força com 121,15 e, muito aquém da média, continuam as regiões Nordeste, com 73,18, e Norte, que tem apenas 65,15 empresas/mil habitantes.

HÁBITOS DE CONSUMO – Além de traçar um comparativo por classes sociais, o estudo também revela onde os consumidores gastam sua renda. Nesse quesito, o cenário continua praticamente igual ao do ano passado, com os seguintes itens básicos no topo da lista: manutenção do lar (incluindo aluguéis, impostos, luz, água e gás) — 26,8%; alimentação (no domicílio e fora) — 17,3%; transportes e veículo próprio — 7,4%; medicamentos e saúde — 6%; vestuário e calçados — 4,8%; materiais de construção — 4,3%; recreação, cultura e viagens — 3,2%; eletrodomésticos e equipamentos — 2,4%; educação e higiene pessoal — 2,2% cada; móveis e artigos do lar — 1,9%; bebidas — 1,3%; artigos de limpeza — 0,7%; e fumo — 0,6%.

FAIXAS ETÁRIAS – A exemplo dos últimos anos, a população segue envelhecendo. Em 2019, mais de 29 milhões de brasileiros terão 60 anos ou mais, sendo a maioria formada por mulheres. Na faixa etária economicamente ativa, de 18 a 59 anos, esse número é de 127,2 milhões, ou 60,5% do total dos habitantes. Representando a minoria, os jovens e adolescentes, entre 10 e 17 anos, somam 24,4 milhões, sendo superados pelas crianças de até 9 anos, que já representam 29,4 milhões.

O poder do hábito

Durante os últimos dois anos, uma jovem transformou quase todos os aspectos de sua vida. Parou de fumar, correu uma maratona e foi promovida. Em um laboratório, neurologistas descobriram que os padrões dentro do cérebro dela – ou seja, seus hábitos – foram modificados de maneira fundamental para que todas essas mudanças ocorressem. Há duas décadas pesquisando ao lado de psicólogos, sociólogos e publicitários, cientistas do cérebro começaram finalmente a entender como os hábitos funcionam – e, mais importante, como podem ser transformados. Embora isoladamente pareçam ter pouca importância, com o tempo, têm um enorme impacto na saúde, na produtividade, na estabilidade financeira e na felicidade.

Com base na leitura de centenas de artigos acadêmicos, entrevistas com mais de trezentos cientistas e executivos, além de pesquisas realizadas em dezenas de empresas, o repórter investigativo do New York Times Charles Duhigg elabora, em O poder do hábito - **Editora Objetiva**, um argumento animador: a chave para se exercitar regularmente, perder peso, educar bem os filhos, se tornar uma pessoa mais produtiva, criar empresas revolucionárias e ter sucesso é entender como os hábitos funcionam. Transformá-los pode gerar bilhões e significar a diferença entre fracasso e sucesso, vida e morte.

Duhigg conclui por que algumas pessoas e empresas têm tanta dificuldade em mudar, enquanto outras o fazem da noite para o dia. Descobre, por exemplo, como hábitos corretos foram cruciais para o sucesso do nadador Michael Phelps, do diretor executivo da Starbucks, Howard Schultz, e do herói dos direitos civis, Martin Luther King, Jr.: "Eles tiveram êxito transformando hábitos. Todos começam com um padrão psicológico. Primeiro, há uma sugestão, ou gatilho, que diz ao seu cérebro para entrar em modo automático e desdobrar um comportamento. Depois, há a rotina, que é o comportamento em si. Para alterar um hábito, é preciso modificar os padrões que moldam cada aspecto de nossas vidas. Entendendo isso, você ganha a liberdade – e a responsabilidade – para começar a trabalhar e refazê-los", diz o autor.

GAIA SILVA GAEDE
ADVOGADOS

- Tributário
- Societário
- Regulatório
- Civil Empresarial
- Trabalhista
- Previdenciário

São Paulo | Rio de Janeiro | Curitiba | Belo Horizonte | Brasília

www.gsga.com.br

Atlas da Violência: Brasil registra mais de 65 mil homicídios em 2017

Taxa de homicídios por 100 mil habitantes variam de 10,3 em São Paulo a 62,8 no Rio Grande do Norte, aponta estudo do Ipea e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública

O Brasil atingiu, pela primeira vez em sua história, o patamar de 31,6 homicídios por 100 mil habitantes. A taxa, registrada em 2017, corresponde a 65.602 homicídios naquele ano e revela a premência de ações efetivas para reverter o aumento da violência. É o que aponta o Atlas da Violência 2019, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

O estudo identifica dois fenômenos no país: enquanto mais estados reduzem a taxa de letalidade violenta, há forte crescimento no Norte e no Nordeste. Em 2017, as taxas de homicídios por 100 mil habitantes foram bastante heterogêneas entre as unidades da Federação, variando de 10,3 em São Paulo a 62,8 no Rio Grande do Norte. Houve diminuição no Sudeste e no Centro-Oeste, estabilidade no Sul e crescimento acentuado no Norte e no Nordeste.

O estado com maior crescimento no número de homicídios em 2017 foi o Ceará, que registrou alta de 49,2% e atingiu o recorde histórico de 5.433 mortes violentas intencionais, causados por armas de fogo, droga ilícita e conflitos interpessoais. No Acre, a variação foi de 42,1% em 2017, totalizando 516 homicídios – considerando-se o período de 2007 a 2017, o número de homicídios subiu 276,6% no estado.

O crescimento da violência letal no Acre está associado à guerra por novas rotas do narcotráfico, que saem do Peru e da Bolívia e envolvem três facções criminosas: o Primeiro Comando da Capital (PCC), o Comando Vermelho (CV) e o Bonde dos 13 (B13). Este fenômeno também influencia o número de homicídios no Amazonas, que praticamente dobrou em uma década e chegou a 1.674 em 2017. Na outra ponta, o estado com maior redução na taxa de homicídios em 2017 foi Rondônia (-22%), seguido por Distrito Federal (-19.7%) e São Paulo (-4,9%).

Perfil das vítimas

Homem jovem, solteiro, negro, com até sete anos de estudo e que esteja na rua nos meses mais quentes do ano entre 18h e 22h. Este é o perfil dos indivíduos com mais probabilidade de morte violenta intencional no Brasil. Os homicídios respondem por 59,1% dos óbitos de homens entre 15 a 19 anos no país.

Apenas em 2017, 35.783 jovens de 15 a 29 anos foram mortos, uma taxa de 69,9 homicídios para cada 100 mil jovens, recorde nos últimos 10 anos. A juventude perdida é considerada um problema de primeira importância para o desenvolvimento social do país e vem aumentando numa velocidade maior nos estados do Norte. Os dados do Atlas da Violência também trazem evidências de outra tendência preocupante: o aumento, nos últimos anos, da violência letal contra públicos específicos, incluindo negros, população LGBTI+ e mulheres, nos casos de feminicídio.

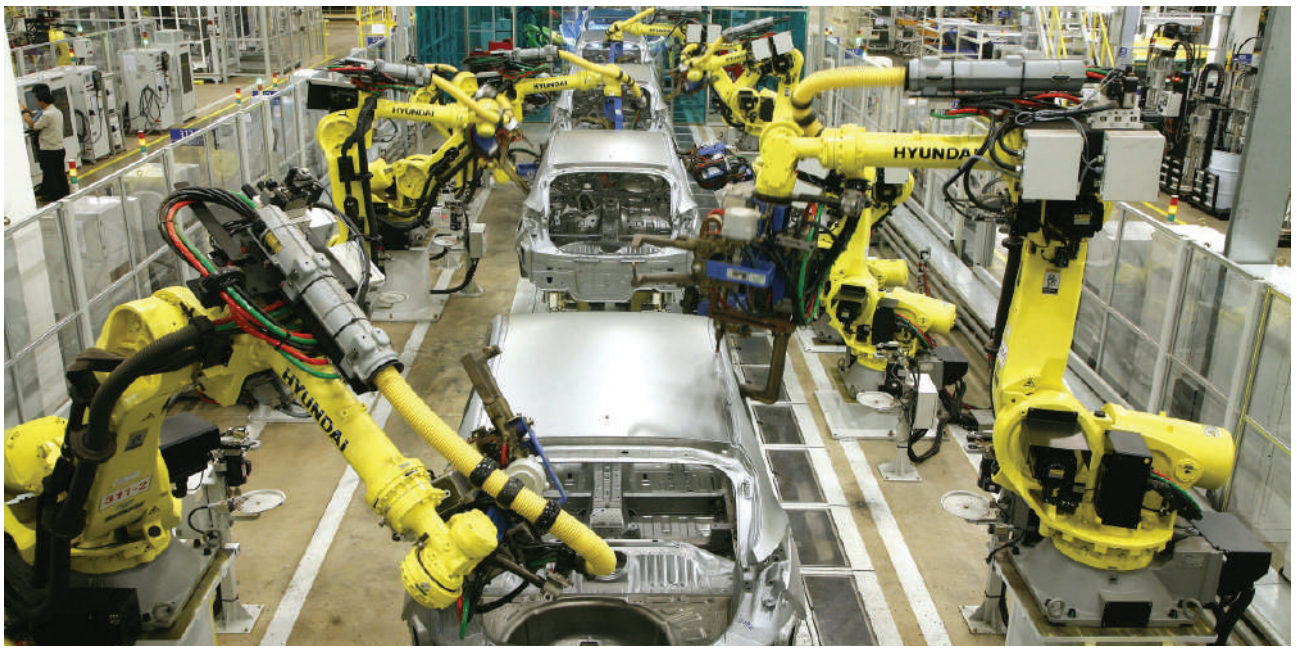
De 2007 a 2017, a desigualdade de raça/cor nas mortes violentas acentuou-se no Brasil. A taxa de negros vítimas de homicídio cresceu 33,1%, enquanto a de não negros apresentou um aumento de 3,3%. Em 2017, 75,5% das vítimas de homicídio eram pretas ou pardas. Mais uma vez, o Rio Grande do Norte está no topo do ranking, com 87 mortos a cada 100 mil habitantes negros, mais que o dobro da taxa nacional. Os cinco estados com maiores taxas de homicídios negros estão localizados na região Nordeste.

O ano de 2017 registrou, também, um crescimento dos homicídios femininos no Brasil, chegando a 13 por dia. Ao todo, 4.936 mulheres foram mortas, o maior número registrado desde 2007 – 66% delas eram negras. Entre 2007 e 2017, houve um crescimento de 30,7% nos homicídios de mulheres no Brasil. A situação foi mais grave novamente no Rio Grande do Norte, que apresentou uma variação de 214,4% em 10 anos, seguido pelo Ceará (176,9%). As maiores reduções decenais ocorreram no Distrito Federal, no Espírito Santo e em São Paulo, entre 33,1% e 22,5%. Chama a atenção o caso do Espírito Santo, que era campeão da taxa de homicídios femininos no país em 2012.

O Atlas de 2019 traz uma seção inédita, sobre a violência contra a população LGBTI+. Segundo uma das bases utilizadas pela pesquisa (o canal de denúncias Disque 100), houve um forte crescimento nos últimos seis anos nas denúncias de homicídios contra a população LGBTI+, que subiram de cinco em 2011 para 193 em 2017, ano em que o crescimento foi de 127%. Os pesquisadores compararam esses dados com informações do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Ministério da Saúde, e encontraram um mesmo resultado qualitativo. Em mais de 70% dos casos, os autores do crime são do sexo masculino, enquanto que a maioria das vítimas é de homo ou bissexuais do sexo feminino.

Nova fase desafia a indústria automotiva

*Mauro de Souza Paraíso**



A indústria da mobilidade vivencia um cenário de grandes desafios, com perspectivas de profundas mudanças em produtos e modelos de negócios. Após 133 anos de desenvolvimento do motor a combustão, a engenharia vislumbra, em médio prazo, uma transformação no powertrain do veículo, que avança rumo à eletrificação, sobretudo, em países do hemisfério norte.
Nesse contexto, algumas possibilidades se abrem para o Brasil, como aproveitar a experiência em motores a combustão para se tornar centro de referência mundial nesta área, com uso de combustíveis renováveis, como alternativa à mobilidade elétrica. Em paralelo, o País tem condições de contribuir com a tendência da eletrificação enquanto país fabricante de componentes.

Materiais e processos de fabricação exercem papel fundamental nos processos de inovação. Além de contribuírem para o atendimento de requisitos como segurança, eficiência energética e durabilidade, causam forte impacto sobre o custo do produto. Para ilustrar, um caminhão leve demanda mais de duas toneladas de diferentes materiais e um extrapesado pode requerer cinco vezes mais.

Um material que deve contribuir para superação dos desafios da indústria brasileira em produzir tecnologia nacional é o grafeno, nano material que pode ser aplicado tanto em peças de compósitos poliméricos, quanto em baterias de veículos elétricos, catalisadores e filmes condutores, para proteção mecânica, e em tecidos. O Brasil possui a segunda reserva mundial deste material.

Vale destacar também novos desenvolvimentos feitos pela indústria de materiais poliméricos em função da preocupação ambiental, como pneus à base de óleo de soja e resinas naturais.

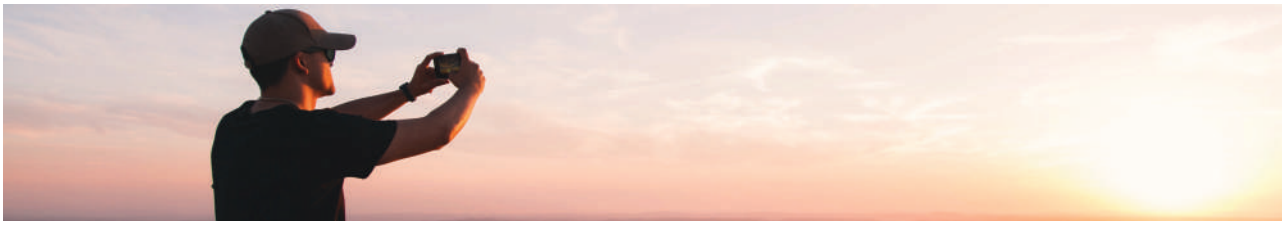
Processos de fabricação como soldagem, adesão, conformação e manufatura aditiva ainda abrem um leque de alternativas para os engenheiros de produto. É importante lembrar também a competição cada vez mais interessante e desafiadora entre aço, alumínio e compósitos pela melhor combinação de redução de peso, custo de fabricação e valor agregado ao cliente.

A engenharia brasileira encontra ambiente favorável para inovar em produtos e processos com a aprovação da política industrial Rota 2030, que possui um prazo de validade adequado para o investimento em tecnologia. É hora de atualização para melhor aproveitamento desta nova fase.

** Gerente de Engenharia de Materiais e Medição da Mercedes-Benz do Brasil e chairperson do 12º Simpósio SAE BRASIL de Novos Materiais e Aplicações na Mobilidade.*

Praticamente todos os turistas estrangeiros que visitam o Brasil querem voltar

Pesquisa revela o perfil, hábitos e percepção do visitante internacional. Estudo foi realizado ao longo de 2018 com mais de 39 mil estrangeiros.



O Ministério do Turismo anunciou os resultados da Demanda Turística Internacional, pesquisa sobre o perfil, hábitos e percepção dos viajantes estrangeiros que visitaram o país em 2018. O estudo, realizado ao longo de 2018 com 39 mil turistas de outras nacionalidades, revelou que a experiência turística brasileira superou ou atendeu plenamente a expectativa de 87,7% dos entrevistados e 95,4% pretendem voltar ao país.

O Brasil registrou 6.621.376 chegadas internacionais, um crescimento de 0,5% em relação a 2017 (6.588.770). O número de turistas vindos das quatro nacionalidades beneficiadas com o visto eletrônico – Austrália, Canadá, Estados Unidos e Japão – cresceu 15,73%. Os canadenses foram os que mais aproveitaram a iniciativa, com um salto de 45,3%, seguidos dos australianos (24,7%), norte-americanos (13,3%) e japoneses (5,5%). A partir da próxima segunda-feira (17), cidadãos desses quatro países estão isentos de visto para entrar no Brasil.

"Os resultados deste projeto piloto, iniciado há um ano, mostram que estamos no caminho certo para alavancar o turismo brasileiro e posicioná-lo entre os grandes destinos internacionais. Temos a expectativa de que, com a isenção de visto para esses quatro países, os próximos resultados sejam ainda mais expressivos. A economia brasileira tem muito a ganhar com medidas como esta", comemorou o ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio.

No ranking geral de principais emissores para o Brasil estão a vizinha Argentina (2.498.483), EUA (538.532) e Chile (387.470). As viagens a lazer representaram mais da metade da motivação dos turistas que vieram ao país - 58,8% -, seguidas de viagens a negócios, eventos e convenções (13,5%) e por outras motivações (27,7%), como visitas a amigos e familiares, estudos e saúde.

Entre os destinos mais procurados a lazer, o Rio de Janeiro continua na liderança, na frente de Florianópolis e Foz do Iguaçu. Em se tratando de negócios, São Paulo também manteve a primeira posição. Rio de Janeiro e Curitiba ocupam respectivamente o segundo e terceiro lugares.

Sobre os modais de transporte, o segmento aéreo segue sendo a forma mais utilizada por quem desembarca no Brasil: 4.328.074 passageiros, o que representa um crescimento de 3,35% em comparação a 2017. Destaque para o aumento de 102% na entrada destes turistas pelo modal marítimo, chegando a 105.593. "O crescimento da chegada de turistas no segmento marítimo já é uma resposta às ações que vêm sendo trabalhadas para incentivar o setor, com a abertura de novas rotas e aumento de leitos e navios em nossa costa", comentou o ministro.

Apesar de ter sido a forma escolhida por 2.088.506 estrangeiros que desembarcaram no Brasil, as entradas por meio terrestre em 2018 reduziram 7,2% em relação a 2017.
AVALIAÇÃO - A hospitalidade brasileira foi o item mais bem avaliado pelos turistas estrangeiros, com aprovação de 97,9% dos viajantes. Logo após, vieram alojamentos (96,7%), gastronomia (95,9%), e restaurantes (95,8%).
Os turistas europeus são os que permanecem por maior período no país (23,6 pernoites), seguidos pela média de tempo de estadia dos visitantes da Ásia, Oceania e América Central (22,7 pernoites).

Além disso, pelo quinto ano consecutivo, a internet (55,7%) se torna ainda mais relevante como principal fonte de informação dos turistas que vêm ao Brasil. Transporte internacional, hospedagem e pacotes turísticos são os serviços mais comprados na web pelos viajantes estrangeiros.

O levantamento mostrou também que três em cada 10 entrevistados visitaram o Brasil pela primeira vez em 2018. O estudo foi encomendado pelo Ministério do Turismo e realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE).

Compliance criminal: prevenir é a melhor solução

*Daniela Polidoro Knippel e Edson Luz Knippel**

O empresário, ao desenvolver sua atividade, muitas vezes se coloca em situações de risco que são por ele desconhecidas.

Minúcias da legislação tributária, aspectos previdenciários, cuidados ao participar de licitações, comunicações exigidas às autoridades fazendárias, necessidade de licenças ambientais, rotinas trabalhistas, dentre tantas outras hipóteses, podem criar ou elevar o risco de problemas relacionados a prática de infrações, inclusive no âmbito penal.

Na maioria dos casos somente a experiência empresarial não resolve. É necessário que providências de natureza técnica sejam tomadas para evitar a prática de infrações penais.

Desde 1990 houve uma inflação legislativa penal, responsável pela criação de normas penais que podem recair sobre a atividade empresarial. Sonegação fiscal, apropriação indébita previdenciária, fraude em licitações, crimes ambientais e lavagem de capitais são exemplos de delitos cuja incidência é passível de verificação nesse contexto.

Além disso, é de fácil constatação que os órgãos estatais de fiscalização e de apuração criminal atuam em conjunto, com o emprego de recursos e instrumentos cada vez mais eficazes. O simples cruzamento de dados e informações pode revelar a existência de um ilícito, cuja investigação poderá ser aprofundada no passo seguinte.

Fato é que na imensa maioria dos casos o acompanhamento técnico das rotinas das empresas poderia evitar a prática desses crimes.

É nessa perspectiva que se propõe o compliance criminal. O grande diferencial é atuar na prevenção, antes da prática de delito, evitando a sua ocorrência. Enquanto a atuação tradicional na esfera penal repousa sobre o fato já praticado, o *compliance* criminal possui o escopo de se antecipar a essa ocorrência.

Na medida em que uma situação de risco é detectada, o profissional alertará sobre o dano potencial daquela prática, e trará soluções, sem que haja prática de infração penal.

Sendo assim, a aplicação do *compliance* criminal repousa sobre um trinômio: prevenção, detecção e remediação.

A orientação técnica e efetiva pode fazer com que o empresário, bem como a própria empresa, deixe de passar por dissabores na justiça criminal. É certo que após a prática do delito o desgaste será muito maior, seja no âmbito da credibilidade e da reputação da firma, seja do ponto de vista econômico. E principalmente no que se refere a eventuais consequências penais, que podem variar desde a homologação de uma transação penal ou até mesmo chegar a uma condenação, com imposição de pena e perda da primariedade.

Ademais, a preocupação da empresa em seguir parâmetros éticos e legais lhe confere confiabilidade. A cultura da autorregulação é salutar e pode afastar uma série de complicações no futuro.

** Daniela Polidoro Knippel é advogada e Especialista em Direito Penal e Processual Penal.*
Edson Luz Knippel é advogado. Doutor, Mestre e Graduado em Direito pela PUC/SP. Professor Universitário em São Paulo.

Estudo do Ipea aponta que inflação dos planos de saúde é bem superior ao IPCA

Alta acumulada nos últimos 18 anos foi de 382%

O Brasil tem hoje mais de 47 milhões de beneficiários de planos de saúde. Às vésperas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) determinar o teto para o reajuste anual dos planos individuais - que correspondem a quase 20% do total de usuários no país - o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulga estudo com a evolução dos preços dos planos de saúde entre os anos 2000 e 2018. Com base em dados do IBGE e da ANS, o trabalho conclui que a taxa de inflação dos planos de saúde individuais chegou a 382% em 18 anos, bem superior à inflação geral de 208% registrada pelo IPCA.

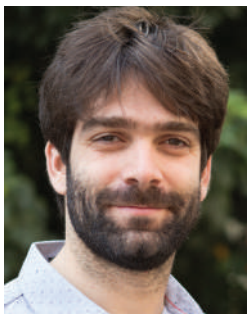
A diferença é ainda maior em relação ao IPCA Saúde, que registrou inflação de 180% no mesmo período, excluídos os reajustes de planos de saúde e cuidados pessoais. Em função do aumento do desemprego e da queda da renda, nos últimos quatro anos, mais de três milhões de pessoas deixaram de ter planos de assistência médica.

Recentemente, a ANS aprovou uma nova metodologia para o reajuste dos planos individuais e familiares, mas o estudo do Ipea questiona se o novo método será eficaz, em especial, se evitará o aumento continuado dos planos de saúde e se reduzirá a judicialização, uma vez que deixou de fora os planos coletivos. Esses planos – que respondem por 80% dos usuários - não têm reajuste definido pela ANS, visto que o índice é determinado a partir da negociação entre a pessoa jurídica contratante e a operadora de plano de saúde.

Diante deste cenário, os pesquisadores propõem, no futuro, estudos para a criação de outro índice de preços para todas as modalidades de planos de saúde, que tome como base a produção dos serviços médico-hospitalares, para servir de parâmetro, ao lado do IPCA Saúde, para a política de reajuste. “É preciso que a sociedade discuta o assunto, a fim de assegurar que os brasileiros não sejam prejudicados por conta do aumento de preços dos planos de saúde, principalmente porque a maioria do mercado continua desprotegido”, afirma o pesquisador Carlos Ocké, coautor do estudo ao lado de Eduardo Fiuza e Pedro Coimbra.

A pesquisa mostra, ainda, que os planos de saúde foram patrocinados indiretamente com subsídios no valor de R$ 14,1 bilhões em 2016, originados do abatimento do imposto a pagar em Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) e Pessoa Jurídica (IRPJ). “Num cenário de restrição fiscal, as autoridades governamentais deveriam atentar para este fato, principalmente diante das queixas dos consumidores sobre os reajustes abusivos praticados pelo mercado dos planos de saúde”, destaca Carlos Ocké.

Rodrigo Brancher é o novo diretor de tecnologia da Youse



A Youse, plataforma de venda de seguros online da Caixa Seguradora, anuncia Rodrigo Brancher, 35 anos, como o novo CTO (diretor de tecnologia) da marca. Formado em arquitetura e urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (Universidade de São Paulo), Brancher ampliou seu contato com tecnologia ao fundar o estúdio de design gráfico "Nu Design", que se tornou referência em soluções de design para web no mercado paulistano.

Depois de uma carreira de 10 anos como empreendedor, Brancher passou a integrar a equipe da Youse no início da operação *insurtech*, há mais de três anos. No novo cargo, ele terá como desafio consolidar ainda mais a posição da Youse como referência em tecnologia e inovação no mercado segurador brasileiro.

"Nosso modelo de negócio se baseia em inovar todos os dias a partir de ideias que facilitem e modifiquem radicalmente a relação do segurado com a seguradora. A minha função será dirigir a estratégia de tecnologia para suportar e potencializar os serviços e atividades da Youse", diz Brancher, que liderará uma equipe de quase 90 pessoas. A Youse é uma das poucas *insurtechs full stack* no mundo, e consegue inovar em qualquer parte da cadeia de valor enquanto outras insurtechs procuram inovar na distribuição (comparadores de preço, *chatbot* de vendas) ou em alguma parte do ciclo operacional (vistoria, precificação, gestão de sinistros, entre outros). Tem como diferencial a possibilidade dos clientes comprarem uma apólice online em 5 minutos, customizando 100% das coberturas e assistências.

Com produtos para proteção de automóveis, residências e vidas, foi a primeira *insurtech* no Brasil a ter a possibilidade de contratação com pagamento mensal (*monthly subscription model*). Em termos de produtos, quantidade de apólices e investimentos, pode ser comparada com as grandes *insurtechs full stack* do mundo, como Lemonade, Metromile, Root, entre outras.

"Para nos mantermos entre as empresas mais inovadoras do mercado de seguro no mundo será necessário sermos flexíveis para enfrentar problemas complicados e inéditos que estão presentes neste universo de inovação. Colaboração, trabalho em equipe e diversidade de pensamentos serão essenciais", conclui Brancher.

Hugo Ladeira

A Owens Illinois (O-I), líder global na fabricação de embalagens de vidro, anuncia a nomeação de Hugo Ladeira para presidente Americas South da companhia. O executivo assume a posição antes ocupada por Rildo Lima, que passa a ser o vice-presidente global de Estratégias de Go To Market da O-I.

Hugo chega para fortalecer o crescimento rentável e sustentável da empresa na região Américas. "A nomeação vem em um momento muito positivo para minha carreira e também para os negócios da companhia. O objetivo desta nova gestão é continuar a transformar as operações da marca, garantindo ambiente de trabalho seguro, saudável e produtivo aos colaboradores e aprimorando e fortalecendo a liderança da marca no mercado", diz Hugo.

O executivo passou a incorporar o quadro funcional da O-I como possível sucessor do presidente há mais de um ano. Ainda em transição, a sucessão em Vendas será anunciada ao longo dos próximos meses.

Com 20 anos de experiência em posições de liderança, Hugo é formado em Engenharia Química pela Universidade Estadual de Campinas e possui MBA em Administração de Empresas pela Business School São Paulo. Acumula passagens por grandes companhias, como Henkel, Dow Química e Votorantim.

Desde 2017, ocupa o cargo de diretor de Vendas da O-I, conduzindo o trabalho de forma a alavancar resultados e formar equipes eficazes por meio de técnicas de coach. Sua gestão de pessoas envolve motivação, reconhecimento, feedbacks e maior participação no dia a dia das equipes.

As 12 estratégias para combater os vieses inconscientes machistas no mundo corporativo

*Lu Magalhães**

Quando uma mulher abre um diálogo franco sobre o machismo, ela abre um baú de lembranças da própria trajetória. Não são memórias propriamente boas ou ruins, mas experiências que nitidamente tornam tangíveis o quanto a sociedade se pauta pela desigualdade entre os gêneros. Mais de uma vez, diante de histórias femininas sobre o preconceito e discriminação, pensei ter uma imensa sorte; acreditei que tinha passado ao largo de comportamentos sexistas indesculpáveis. Filha única de uma família com três garotos, nunca senti a discriminação por parte dos meus pais; nunca ouvi que não poderia ter ou realizar determinada coisa por ser mulher. Embora tenha me graduado em Matemática não senti olhares incrédulos pela minha vocação e escolha. Acreditei nisso até o momento que abri a "caixa de Pandora", uma alegoria que escolhi para classificar a leitura do livro Escute o que ela diz, de Joanne Lipman. A obra desnuda o viés inconsciente, ou seja, o que os homens precisam saber (e as mulheres têm a dizer) sobre trabalhar juntos.

Na década de 1990, liderava – com um colega homem – um projeto de implantação da área de tecnologia da informação em uma grande empresa multinacional. O presidente da companhia nos "convidou" a ajudar a família a instalar programas no computador da casa. Claro que esse é o tipo de convite que um profissional não pode recusar. Lá fomos, fora do horário de expediente, cumprir a tarefa. Passado um tempo, no final do ano, o chefe quis nos agradecer com um presente. Ao meu colega, um whiskyimportado; a mim, uma presilha de laço. Nada a ver com o meu estilo! À época, achei que o presente era simplesmente equivocado; uma falta de gosto; um erro banal. Jamais associei esse episódio ao viés inconsciente e ao machismo estrutural.

Escute o que ela diz é um daqueles livros transformadores que devem ser lidos por pessoas dispostas a repensar a vida corporativa e em sociedade. Nas entrelinhas de capítulos com títulos provocativos – A vida secreta das mulheres; O sucesso dela é o seu também; Todo mundo é meio sexista; As doze palavras mais terríveis do idioma inglês; Mulheres invisíveis; Qual o melhor lugar do mundo para uma mulher? e O futuro é agora – a autora convoca homens e mulheres a trabalharem juntos pela diversidade, em prol da equidade salarial e por oportunidades iguais. Defende que a real diversidade é boa para todos; que melhora os resultados da sociedade e das empresas.

Os números mostram que Joanne Lipman tem razão. As empresas que promovem a liderança feminina são mais lucrativas. De acordo com um estudo realizado na América Latina pela consultoria McKinsey, ao comparar gênero e dados financeiros, vê-se que as companhias com mulheres entre os executivos têm 50% mais de chance de aumentar a rentabilidade e 22% de crescer a média da margem Ebitda. O levantamento mostrou que entre as 700 empresas de capital aberto, as que contam com mulheres no boardtiveram, no período de 2014 e 2018, 8% mais chance de aumentar a rentabilidade; e 5% de crescer (2014 e 2017). Os dados mostram que a diversidade de pontos de vista transforma e é um bom negócio.

Com uma linguagem leve, divertida e assertiva, Joanne nos convida – homens e mulheres – a repensar posicionamentos e comportamentos cotidianos. Mostra que os treinamentos em diversidade não estão dando conta da complexidade do viés inconsciente do machismo; fala sobre a importância de construir uma nova cultura corporativa. Esse é um livro que interessa não apenas às mulheres. Milhões de homens têm demonstrado que estão prontos e dispostos a mudar o jogo. Eles são aliados em potencial para promover essa transformação social. Os homens – como Joanne afirma no prefácio do livro – não são o inimigo.

Para colaborar com estratégias concretas destinadas a combater os vieses inconscientes que perpetuam situações de machismo no ambiente corporativo, Joanne Lipman enumera 12 situações e como combatê-las para criar uma nova cultura.

#1. Interrompa os interruptores |Até as mulheres da Suprema Corte de Justiça são interrompidas com uma frequência três vezes maior que os juízes do sexo masculino. Para combater esse tipo de comportamento, quando uma mulher for interrompida em uma conversa, interrompa o interruptor de uma maneira elegante, mas firme: "Olívia estava falando. Deixe que ela conclua o pensamento dela."

#2. Use amplificação e propagandistas |As ideias das mulheres não são ouvidas – a menos que sejam repetidas por um homem, que fica com o crédito. A sugestão é usar uma dica das mulheres da administração Obama e amplifique o que outra falou, repetindo a ideia e assegurando de que ela receba o devido crédito e reconhecimento. Mulheres têm que ser propagandistas uma das outras; devem falar sobre as realizações de outras e elogiá-las.

#3. Diversifique os entrevistadores não apenas os postulantes |As empresas estão, cada vez mais, exigindo um leque diversificado de postulantes a ofertas de emprego. Incluir mulheres nessa seleção é somente o primeiro passo; devemos incluir mulheres entre os selecionadores. Ou seja, devemos incluir pessoas que possam ver mulheres candidatas a cargos como "culturalmente adequadas".

#4. Ela vai melhorar seus resultados |As mulheres são frequentemente excluídas dos empregos ou promoções porque não têm o "perfil adequado"; ou são descartadas como "contratação para preencher cotas", que são vistas como um sinal de critérios frouxos. A solução é observar os fatos. As mulheres tornam os grupos de trabalho mais criativos; as empresas com diretoras financeiras fazem melhores aquisições que as com diretores. Há muitos outros exemplos que mostram que a receita para o sucesso das empresas está em acrescentar mulheres.

#5. Ela não está "pedindo desculpas", ela não "teve sorte" e ela não está lhe fazendo uma pergunta |Pesquisadores descobriram que as mulheres usam qualificadores – Desculpe-me por incomodar você, mas... – para parecer menos ameaçadoras. Quando agem de forma assertiva são confundidas com mandonas, arrogantes ou difíceis de trabalhar. Perceba que quando uma mulher termina uma frase com interrogação, na verdade ela está sendo assertiva!

#6. Sim, isso não é um cumprimento |As mulheres são, muitas vezes, submetidas a cumprimentos que, intencionalmente ou não, as depreciam. Algumas das palavras são, inclusive, amáveis. Você se esforçou – por exemplo. Pense se você diria isso a um homem. Se não, provavelmente não deva dizer a uma mulher.

#7. Ela tem certeza de que você não a respeita |Pesquisadores descobriram que os homens são mais respeitados que as mulheres – até quando ocupam exatamente o mesmo cargo. A solução é se manter vigilante contra desconsiderações; ajuste a sua conduta. São comportamentos rotineiros: você encontra um casal e pergunta ao homem como está o trabalho e ignora a mulher; você escuta o que um homem falar em uma reunião, mas confere o celular quando uma mulher começa a falar... Esse é um menosprezo comum, segundo apontam os pesquisadores.

#8. Não decida por ela |Em um ambiente corporativo é comum alguém apontar que uma mulher seria perfeita para o cargo, mas que está grávida – ou tem filhos pequenos. Achar que ela não está apta ao cargo, ou interessada, é um erro comum de gestores, sobretudo de homens. A proposta aqui é não presumir. Pergunte a ela. Mesmo que ela recuse a oferta, no momento, renove-a quando tiver oportunidade.

#9. Não tenha medo de lágrimas |O medo das lágrimas faz com que homens não ofereçam às mulheres o feedback honesto; um retorno necessário para que progrida na carreira. A sugestão é que gestores façam a avaliação dos funcionários – homens e mulheres – de modo igual. Se uma mulher derramar lágrimas, procure descobrir o motivo. Muitas vezes, essa profissional não está triste; ela está frustrada e furiosa. Os homens, quando enraivecidos, costumam gritar; nas mulheres, o choro tem, inúmeras vezes, a mesma função.

#10. Ela está pronta para receber um aumento, mas não quer pedir |Os homens têm quatro vezes mais probabilidades de pedir um aumento do que mulheres. Um bom gestor deve recompensar um bom funcionário, antes que ele peça. Ou seja, quem merece não é quem grita ou manifesta-se primeiro, mas quem realmente merece. Só com isso em mente vamos combater as disparidades salariais.

#11. Contrate mulheres com a idade da sua mãe |Para as mulheres que deram um passo atrás nas suas carreiras – para se dedicar mais aos filhos – os gestores (homens e mulheres) devem dar novas chances. Tenha certeza de que terão profissionais altamente comprometidas com o sucesso da companhia.

#12. Ela merece uma promoção. Só não sabe disso ainda |Os homens costumam se oferecer para trabalhos mais importantes – estejam preparados ou não. Para garantir que homens e mulheres tenham acesso, o gestor deve garantir que as mulheres mais qualificadas estejam entre os mais cotados para as vagas, mesmo que não se manifestem. E deve estar preparado para vencer as resistências!

**** Presidente da Primavera Editorial, diretora do PublishNews e sócia do #coisadelivreiro. Graduada em Matemática pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), possui mestrado em Administração (MBA) pela Universidade de São Paulo (USP) e especialização em Desenvolvimento Organizacional pela Wharton School (Universidade da Pennsylvania, Estados Unidos). A executiva atua no mercado editorial nacional e internacional há mais de 20 anos.***

Momento econômico pode ser positivo para investir em dividendos

Investimento tem truques para escolher as empresas que pagam melhor; Easynvest explica o que é o ativo

O momento macroeconômico brasileiro pode parecer desafiador para quem é mais conservador, mas tem se apresentado uma boa fonte de rendimento para quem assume certo risco e entra na renda variável. Com as projeções de economistas apontando para uma recuperação e, consequentemente, bom desempenho e investimento das empresas, este pode ser um bom momento para o investidor se posicionar e montar uma carteira de dividendos.

Para começar decifrando a sopa de letrinhas, dividendo é uma das partes do lucro de empresas de capital aberto distribuído entre seus acionistas. Todas as empresas da Bolsa de Valores são obrigadas por lei a compartilhar pelo menos 25% de seu lucro líquido com seus investidores em períodos específicos, determinados por cada empresa. O montante distribuído varia de acordo com o resultado financeiro alcançado pela empresa.

Ao escolher o investimento, é importante avaliar o histórico da companhia. "Analisar como ela tem se comportado no mercado, se está almejando crescimento e o preço das ações no exercício anterior são boas formas de entender se a empresa é boa pagadora de dividendos", aponta Fabio Macedo, diretor comercial da Easynvest. Além disso, vale ficar de olho na periodicidade desse pagamento.

Outro ponto de apoio é o Dividend Yield (DY), índice que mede o rendimento dos dividendos. Para calcula-lo, basta dividir a expectativa de dividendos a serem pagos nos próximos 12 meses pelo preço atual de ações, multiplicando por 100 na sequência, sendo que um bom índice fica em torno de 6%. Para simplificar, imagine que um investidor tenha em sua carteira uma ação específica que pagou R$ 3 de lucro da empresa por cada ação em 2018 e o preço do ativo era R$ 60. Para calcular a *dividend yield*, é só dividir 3 por 60 e multiplicar por 100, chegando ao DY de 5%.

Macedo destaca também que nunca é recomendado avaliar apenas um ponto isolado no momento de tomar a decisão e que a dica de ouro para quem quer investir em dividendos é diversificar a carteira. "Não invista todo o montante em apenas uma empresa pagadora de dividendos. O ideal é adquirir ações de diferentes empresas, de diferentes setores e com boas perspectivas. Assim, caso alguma empresa não apresente o desempenho esperado, você ainda poderá contar com outras fontes de remuneração", explica o executivo.

SOBRE A EASYNVEST

Fundada em 1968, a Easynvest atualmente é a maior corretora independente do Brasil, com mais de R$ 120 milhões em receita, R$ 18 bilhões de ativos sob custódia e mais de 900.000 contas abertas. A corretora foi uma das primeiras a oferecer acesso online à bolsa no Brasil, em 1999, e a primeira a oferecer acesso por aplicativo mobile ao mercado de renda fixa, em 2016. Empresa que mais cresce no segmento, a Easynvest está à frente do desenvolvimento de tecnologia e inovações em serviços financeiros no País. Na plataforma 100% digital da Easynvest investidores individuais podem conhecer e analisar uma vasta gama de investimentos, incluindo títulos públicos, privados e fundos de investimento, além de comprar e vender ações, opções e futuros. A corretora também disponibiliza conteúdos de educação financeira em diversos canais digitais.

Para mais informações, visite: easynvest.com.br

Inovação agroambiental analisará solo com tecnologia usada pela NASA

Equipamento vai diminuir tempo das análises de 15 dias para apenas 15 minutos

Um equipamento capaz de fazer análises de solo de maneira rápida, econômica e sustentável é a novidade para o setor agrícola da empresa Agrorobótica Fotônica, em parceria com a EMBRAPII (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial). A tecnologia adotada é a mesma do robô Curiosity, utilizada pela agência espacial norte-americana NASA, em missão exploratória de solo no planeta Marte.

O projeto foi desenvolvido em duas etapas. A primeira teve início em 2015 com uma parceria com a Embrapa Instrumentação. A segunda segue em desenvolvimento com pesquisadores do IFSC - Instituto de Física de São Carlos (Universidade de São Paulo), unidade credenciada EMBRAPII, e está em fase final. Nesta fase, o equipamento vai medir a quantidade de nitrogênio, micronutrientes e contaminantes em amostras de solos, plantas e fertilizantes. A tecnologia, denominada LIBS (Laser Induced Breakdown Spectroscopy), atua por meio de um laser de alta energia que focalizado sobre a superfície da amostra, gera um microplasma que fragmenta as moléculas possibilitando a análise detalhada dos elementos.

A inovação é pioneira para utilização agroambiental em larga escala para fins comerciais. A estimativa é que ela analise mais de 500 amostras por dia e ainda traz conceitos de sustentabilidade, pois não gera resíduos químicos. Para se ter uma ideia, um laudo completo de análise de amostra pode ser obtido em torno de 15 minutos, enquanto no método tradicional leva cerca de 15 dias.

Desta forma, o agricultor poderá elevar sua rentabilidade, pois 60% do aumento da produtividade corresponde a correta nutrição das plantas e 22% do custo-de-produção dos agricultores corresponde à corretivos e fertilizantes.

Segundo Aida Bebeachibuli, da startup Agrorobótica, spinoff da Embrapa Instrumentação, a inovação é de extrema importância para o agronegócio, uma vez que atualmente não há outro técnica similar que faça essa medida de forma direta. Com os dados mapeados, agrônomos e produtores rurais poderão tomar decisões mais efetivas no cultivo. “Uma das vantagens é a velocidade de processamento de amostras e o baixo custo de análise, quando comparado com os métodos de referência em que são necessários em torno de 13 procedimentos químicos diferentes, gerando muitos resíduos.”

Para o coordenador do projeto, Fábio de Angelis, a população mundial vai alcançar 10 bilhões de pessoas em 2050, necessitando um aumento de produtividade de 70% das principais culturas agrícolas. Isto só será possível com a digitalização dos mapas nutricionais de solos e plantas, uma vez que a correta nutrição das plantas responde por quase 60% da produtividade total das culturas agrícolas.”

A EMBRAPII, organização vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, atua por meio da cooperação com instituições de pesquisa científica e tecnológica, públicas ou privadas, tendo como foco as demandas empresariais.

O modelo de investimento adotado permite rapidez, flexibilidade e risco reduzido no apoio a projetos inovadores. Empresas que possuem um projeto avaliado como inovador devem se associar a uma das unidades credenciadas, atualmente há 42 distribuídas pelo País. Caso aprovado, os gastos para seu desenvolvimento são divididos em três partes. A EMBRAPII fica responsável por um terço do investimento, a unidade disponibiliza mão de obra e equipamentos e a empresa financia o restante.

Justiça Federal de Campo Grande-MS é pioneira em projeto de escritório-container

Diretoria do Foro instalou contêineres para abrigar áreas administrativa e judicial

A crescente escassez de recursos públicos no Brasil vem impondo grandes sacrifícios aos órgãos da administração pública direta e indireta. Importa notar que as necessidades públicas são infindáveis e estão sempre se renovando, diante dos parcos recursos orçamentários que têm de ser administrados na atual realidade.

No Poder Judiciário Federal a situação é análoga. Ano após ano, aumentam as demandas judiciais e consequentemente as atividades administrativas para atendimento da área fim, porém o orçamento público disponibilizado não tem acompanhado proporcionalmente tal crescimento. Ao contrário, tem havido sistemáticos cortes orçamentários.

Nesse cenário cada vez mais carente de verbas, cabe não apenas a obrigação da administração pública se enquadrar à presente realidade, mas que seus agentes sejam mais racionais e inovadores em suas escolhas organizacionais, pois a sociedade atual vem enfrentando escassez de recursos naturais, bem como os impactos ambientais resultantes do modelo de produção e consumo adotado no último século.

Com efeito, foi definido pelas Nações Unidas, durante a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que desenvolvimento sustentável é a capacidade de continuar desenvolvendo a sociedade de forma a atender as necessidades da geração atual e também garantir as necessidades das gerações futuras. Assim, é importante estabelecer as prioridades a serem adotadas no momento da definição e da execução dos gastos públicos.

Cada vez mais, ideias inovadoras são necessárias para dar resposta às demandas da sociedade e para a modernização da gestão pública, promovendo a inovação no judiciário federal, minimizando custos, sendo sustentável e ampliando os espaços físicos. Face a isso, a Direção do Foro aprovou a ideia da Seção de Engenharia da Justiça Federal da capital de implantar escritórios-contêineres para abrigar áreas administrativa e judicial.

Segundo o engenheiro civil Frank Rogers Pereira, servidor e responsável pela realização do projeto, o escritório-container associa ganhos em economia e tempo, inovação e sustentabilidade em sua concepção.

"O contêiner ou contentor é uma caixa feita em aço, alumínio ou fibra, muito bem estruturada para resistir ao uso constante de transporte de mercadorias de diversos tipos. É resistente à chuva, incêndio e outras intempéries. Sua utilização originária era para o transporte marítimo, sendo que para esse fim o mesmo tem vida útil de cerca de 10 anos. No entanto, a vida real do container é de 100 anos; ou seja, geraria uma média de 92 anos de "inutilidade forçada", explicou o servidor.

SUSTENTABILIDADE

Pensando nesse infindável período "ocioso" e o lixo de material gerado, os contêineres vieram a "calhar" perfeitamente como uma alternativa construtiva, benéfica ao homem e à natureza, aliados a uma arquitetura moderna e criativa. A aplicação do container na construção civil é sustentável pelo próprio reuso do material.

"O aproveitamento representa um descarte a menos na natureza. Ademais, os próprios contêineres já são totalmente fabricados com materiais recicláveis e reaproveitáveis", afirma o engenheiro.

Na visão de Frank Pereira, outros fatores colaboram com a natureza durante a obra, como a não produção de entulho e o não desperdício de água e energia no processo de construção. Ainda, o relevo natural do terreno é respeitado, uma vez que a fixação do módulo não precisa de uma fundação, preservando até 90% do solo e do lençol freático, facilitando o escoamento da chuva. Isso permite a instalação de um sistema desse recurso hídrico, por exemplo.

Ele também afirma que implantar o container escritório é extremamente sustentável, essencialmente em questão da redução dos recursos naturais no decorrer da obra, como cimento, tijolos, madeira, ferro, água, pedra e areia. Sem falar que, em uma possível mudança, a estrutura não precisará ser demolida, apenas devolvida à locadora ou movida para outro espaço. Assim, não existirá a formação de resíduos. A economia na sua execução é gritante em relação a outros processos construtivos, como, por exemplo, alvenaria convencional com estrutura em concreto ou metálica, ou alvenaria estrutural.

Frank faz uma comparação em relação ao sistema construtivo mais comumente usado no Brasil (alvenaria com estrutura em concreto), onde a redução de custos importa em até 25% (vinte e cinco por cento), além disso, o ganho temporal é de apenas alguns meses para sua instalação, tornando esse sistema excepcionalmente vantajoso no binômio prazo-custo. Também não ocorre a necessidade de termos aditivos da obra, porque segue especificações bem detalhadas, evitando gastos inesperados.

PIONEIRISMO

Ante as incontáveis vantagens que a instalação de contêineres-escritórios se mostrou, a Direção do Foro da JFMS acolheu a inovadora ideia proposta pela Seção de Engenharia e autorizou a aquisição de dois escritórios contêineres para instalação no prédio-sede da Justiça Federal de Campo Grande, tornando este fórum pioneiro na implantação de escritório-container no Judiciário Federal.

Nos dois contêineres adquiridos e instalados neste prédio sede funcionam as Seções de Engenharia, Comunicação Social, Contratos, Benefícios e Assistencial Social, além dos Setores de Manutenção Predial e Expedição e Recepção de Correspondências. Assim, possibilitou-se enorme ganhos de áreas para abrigar os servidores que atuam nas referidas seções e setores, que praticamente se amontoavam no espaço predial existente.

Diante das dificuldades enfrentadas pelo setor público, especialmente a escassez de recursos, cabem aos agentes públicos mudarem os paradigmas de atuação, buscando inovações que otimizem os recursos disponíveis, primem pela sustentabilidade, promovam benefícios organizacionais e, por último, o objetivo maior: atendam aos anseios da sociedade.

Fonte: Seção de Comunicação Social da Justiça Federal de Mato Grosso do Sul

Expediente

O Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças - IBEF Rio de Janeiro criado em 19 de maio de 1971, na cidade de sua sede nacional, o Rio de Janeiro, é uma entidade sem fins lucrativos considerada de utilidade pública nas esferas de governo federal, estadual e municipal, apartidária e que reúne os principais executivos e empresários do país.

Avenida Rio Branco, 156/4º andar Ala C - Centro - Rio de Janeiro, RJ - CEP:20040-003
Tel: (21) 2217-5555/5566 / ibefrio@ibefrio.org.br
Institucional: ibefrio.org.br / Programação: agenda.ibefrio.org.br / Locação de Ambientes: loc.ibefrio.org.br

BIÊNIO 2019/2021 - IBEF RIO DE JANEIRO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente - *Ricardo Emmanuel Vieira Coelho*

Vice-presidente - *José Domingos Vargas*

Membros - *Gustavo Carvalho Pierotti, Jorge Saul Doctorovich, Manuel Fernandes Rodrigues de Sousa, Márcio João de Andrade Fortes, Mônica Oliveira Costa Pinto Bendia, Sérgio Burrowes Raposo e Thomas Klien*

DIRETORIA VOGAL

Consultar em: *www.ibefrio.org.br/secoes/page/64/Diretoria-Vogal*

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente - *Gustavo Damázio de Noronha*

1º Vice-presidente - *Sergio Burrowes Raposo*

Vice-presidentes - *Fernando Potsch de Carvalho e Silva, Mônica Oliveira Costa Pinto Bendia e Patricio Marques Roche*
Secretário Geral - Marcos Chouin Varejão

CONSELHO FISCAL

Presidente - *Claudio Roberto Contador*
Membros - *Luiz Affonso Neiva Romano e Paulo Sérgio Costa Lima Marques*
Suplentes - *Gustavo Tavares da Cunha Mello, João Carlos Reichmann Mader e Roberto Bar*

Revista IBEF

Conselho Editorial
Eduardo Facó Lemgruber, Henrique Luz, João Paulo dos Reis Velloso, José Gandelman, Márcio Fortes, Marcos Chouin Varejão, Merval Pereira, Nilton Molina, Roberto Lima Netto, Sidney Rezende, Theophilo de Azeredo Santos e Valmar Paes

Editor Responsável
Eduardo Cantidiano

Jornalista
Vilma Goulart (MTB 18585)

Distribuição
Simone Lira

Programação Visual
Red Design Comunicação

Fotos
Banco de imagens Red Design
Unsplash

Publicidade e Marketing
EC - Editora e Comunicação
Eduardo Cantidiano
e.cantidiano@openlink.com.br
(21) 99619-0771

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução de artigos publicados na Revista IBEF, desde que citada a fonte.
O IBEF não se responsabiliza por opiniões emitidas em artigos assinados.

Novas incorporações à liderança da The Walt Disney Company Latin America

A The Walt Disney Company Latin America adiciona funções pan-regionais à sua equipe diretiva e nomeia líderes provenientes da 21CF, ESPN e Disney. Com efeito imediato e sob o comando de Diego Lerner, Presidente, The Walt Disney Company Latin America, os novos membros de Direct-to-Consumer & International (DTCI) Latin America Senior Leadership, Disney, são:

Santiago De Cárolis, como General Manager, National Geographic Latin America. Suas responsabilidades incluem a liderança do negócio e estratégia de programação e aquisição dos 3 canais lineares (Nat Geo, National Geographic Wild e Nat Geo Kids), assim como colaborar nas produções locais, marketing, digital, eventos ao vivo e produtos de consumo. Santiago se une à nossa equipe proveniente da Fox Networks Group, sendo um líder muito respeitado, com mais de 20 anos de experiência no negócio de TV por assinatura, dezoito dos quais foram em esportes, com ampla carreira em marketing de marcas líderes e um profundo conhecimento de todas as áreas do negócio.

Gonzalo Fiure, como Líder de General Entertainment DTCI Latin America. Gonzalo será responsável pela programação e estratégias de conteúdo para marcas, canais lineares e plataformas dos pilares de General Entertainment a nível regional. Com mais de 23 anos de experiência, em seus 16 anos na Fox, Gonzalo liderou campanhas de marketing para o lançamento de produtos on-line chaves, tendo comandado, ainda, a estratégia de produção de conteúdo e programação de mais de 20 marcas regionalmente, obtendo grandes sucessos. Antes de seu ingresso na Fox, Gonzalo trabalhou na indústria alimentícia e publicitária na Argentina.

Kattia Quintanilla, como Líder de Ad Sales DTCI Latin America. Ela é responsável pelo desenvolvimento das estratégias comerciais relativas às vendas publicitárias de todo o portfólio da Disney na região (*Out-of-Home, In-Home*, Experiências e Promoções). Em seus 17 anos na Disney, Kattia tem sido responsável pelas Vendas e Promoções de Publicidade de Disneymedia + na The Walt Disney Company Latin America desde abril de 2010, apresentando um amplo leque de oportunidades multimídia e promocionais, geradas em todo o âmbito do portfólio da Companhia, para marcas internacionais e agências de mídia, tendo sido, ainda, líder do gerenciamento de negócios panregionais, contas de categorias chave e de representantes de vendas na Colômbia, América Central e República Dominicana. Durante os últimos 7 meses, suas responsabilidades têm sido ampliadas, para supervisionar também a equipe de vendas de Disneymedia + Brasil.

Como parte dos ajustes necessários em andamento, para construir a sólida base da nossa equipe diretiva, as operações de Media Networks são unificadas em Guillermo Tabanera, que agora é General Manager, Media Networks, DTCI Latin America. Suas responsabilidades incluem vendas de afiliadas para todos os canais que nós operamos (Family & Kids, General Entertainment e Sports), assim como a execução de todas nossas operações de negócios esportivos na região e colaboração de produções relacionadas com os esportes em toda a América Latina.

Carlos Martinez, General Manager Media Networks North & Brazil DTCI Latin America, e a Companhia chegaram a um acordo mútuo, pelo qual Carlos deixa suas funções. Desejamos Carlos muita sorte em seus futuros empreendimentos.

"Confiante na nossa dinâmica diária e aberto a realizar adaptações quando for necessário, eu continuo supervisionando com atenção nosso desempenho, disposto a fazer quaisquer ajustes na nossa estrutura que puderem ser necessários para garantir nosso sucesso neste processo de transformação profunda e histórica para a nossa Companhia", disse Diego Lerner, Presidente TWDC Latin America.

A n° 1 brasileira de Auditoria Independente
está presente em 500 escritórios em 80 países.

FAÇA SUA ESCOLHA.

28 anos

Lopes, Machado
Auditors, Tax, Consultants & Business Advisers

Independent Member of
BKR International

55 21 2156-5800

SEDE: Rio de Janeiro - RJ | São Paulo - SP | Recife - PE | Belo Horizonte - MG | Vitória - ES

novosnegocios@bkr-lopesmachado.com.br | www.lopesmachado.com

Siga-nos:

Russell Bedford
taking you further

A **experiência** que vai a campo.

www.**russellbedford**.com.br

contato@russellbedford.com.br (55 11) 4007.1219